1. F	Responsáveis pelo formulário	
	1.0 - Identificação dos responsáveis	1
	1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
	1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
2. /	Auditores independentes	
	2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
	2.3 - Outras informações relevantes	6
3. I	nformações financ. selecionadas	
	3.1 - Informações Financeiras	7
	3.2 - Medições não contábeis	8
	3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
	3.4 - Política de destinação dos resultados	10
	3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
	3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
	3.7 - Nível de endividamento	15
	3.8 - Obrigações	16
	3.9 - Outras informações relevantes	17
4. F	Fatores de risco	
	4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
	4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	19
	4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	20
	4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	22
	4.5 - Processos sigilosos relevantes	23
	4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	24
	4.7 - Outras contingências relevantes	25
	4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	26

5. Ger	enciamento de riscos e controles internos	
	5.1 - Política de gerenciamento de riscos	27
	5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	29
	5.3 - Descrição dos controles internos	34
	5.4 - Programa de Integridade	35
	5.5 - Alterações significativas	37
	5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	38
6. Hist	órico do emissor	
	6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	39
	6.3 - Breve histórico	40
	6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	41
	6.6 - Outras informações relevantes	42
7. Ativ	idades do emissor	
	7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	43
	7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	44
	7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	45
	7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	48
	7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	51
	7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	52
	7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	53
	7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	54
	7.8 - Políticas socioambientais	55
	7.9 - Outras informações relevantes	56
8. Neg	ócios extraordinários	
	8.1 - Negócios extraordinários	57
	8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	58
	8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	59

	8.4 - Outras inf. Relev Negócios extraord.	60
9. /	Ativos relevantes	
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	61
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	62
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	63
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	64
	9.2 - Outras informações relevantes	66
10.	Comentários dos diretores	
	10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	67
	10.2 - Resultado operacional e financeiro	69
	10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	71
	10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	73
	10.5 - Políticas contábeis críticas	74
	10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	76
	10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	77
	10.8 - Plano de Negócios	78
	10.9 - Outros fatores com influência relevante	79
11.	Projeções	
	11.1 - Projeções divulgadas e premissas	80
	11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	81
12.	Assembleia e administração	
	12.1 - Descrição da estrutura administrativa	82
	12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	84
	12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	86
	12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	87
	12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	
	12.7/8 - Composição dos comitês	95

	12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	96
	12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	97
	12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	117
	12.12 - Outras informações relevantes	118
13.	Remuneração dos administradores	
	13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	119
	13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	122
	13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	126
	13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	127
	13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária	128
	13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária	129
	13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária	130
	13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	131
	13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	132
	13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	133
	13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	134
	13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	135
	13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	136
	13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	137
	13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	138
	13.16 - Outras informações relevantes	139
14.	Recursos humanos	
	14.1 - Descrição dos recursos humanos	140
	14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	141

	14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	142
	14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	143
	14.5 - Outras informações relevantes	144
15.	Controle e grupo econômico	
	15.1 / 15.2 - Posição acionária	145
	15.3 - Distribuição de capital	152
	15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	153
	15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	154
	15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	155
	15.7 - Principais operações societárias	156
	15.8 - Outras informações relevantes	157
16. ⁻	Fransações partes relacionadas	
	16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	158
	16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	159
	16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	162
	16.4 - Outras informações relevantes	163
17.	Capital social	
	17.1 - Informações sobre o capital social	164
	17.2 - Aumentos do capital social	166
	17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	167
	17.4 - Informações sobre reduções do capital social	168
	17.5 - Outras informações relevantes	169
18. ՝	/alores mobiliários	
	18.1 - Direitos das ações	170
	18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	174

	18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	175
	18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	176
	18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	180
	18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	181
	18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	182
	18.8 - Títulos emitidos no exterior	183
	18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	184
	18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	185
	18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	186
	18.12 - Outras infomações relevantes	187
19.	Planos de recompra/tesouraria	
	19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	188
	19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	189
	19.3 - Outras inf. relev recompra/tesouraria	190
20.	Política de negociação	
	20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	191
	20.2 - Outras informações relevantes	192
21.	Política de divulgação	
	21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	193
	21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	194
	21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	195
	21.4 - Outras informações relevantes	196

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do

formulário

Cargo do responsável

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

Diretor Presidente

Marco Aurélio Neto Arnes

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

São Paulo, 31 de maio de 2018.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2018;
- b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Marco Aurélio Neto Arnes Diretor de Relações com Investidores

(original assinado)

Declaro e atesto que:

- d) Revi o Formulário de Referência do ano 2018;
- e) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- f) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Diretor Presidente

(original assinado)

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

São Paulo, 31 de maio de 2018.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2018;
- b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Marco Aurélio Neto Arnes Diretor de Relações com Investidores

(original assinado)

Declaro e atesto que:

- d) Revi o Formulário de Referência do ano 2018;
- e) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- f) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Diretor Presidente

(original assinado)

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM			
Código CVM	11623-8			
Tipo auditor	Nacional			
Nome/Razão social	Grant Thornton Auditores I	ndependentes		
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65			
Período de prestação de serviço	23/04/2012 a 19/03/2015			
Descrição do serviço contratado	Prestar serviços de auditoria das demonstrações financeiras anuais e trimestrais, individuais e consolidadas do emissor.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço				
Justificativa da substituição	Rotatividade do Auditor Independente nos termos do art. 31 da Instrução nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância do	Auditor Independente	Э.	
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço CPF Enc			
Ana Cristina Linhares Areosa	28/06/2012 a 19/03/2015	013.083.117-45	Av. Paulista , nº 37, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-902, Telefone (11) 38865100, e-mail: ana.areosa@br.gt.com	
Luiz Cláudio Fontes	23/04/2012 a 27/06/2012 331.194.577-87 Av. Paulista, 37, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-902, Telefone (011) 38865100			

Possui auditor?	SIM			
Código CVM	418-9			
Tipo auditor	Nacional			
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES INDE	_		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29			
Período de prestação de serviço	08/05/2015			
Descrição do serviço contratado	Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2015, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015. Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2016, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016. Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2017, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Contratação efetuada em 2	25/04/2017. Em 2017	foram pagos R\$ 89.129,00 (em 2016 R\$84.084,00)	
Justificativa da substituição	Rotatividade do Auditor Ind	lependente nos termo	s do art. 31 da Instrução nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância do Auditor Independente.			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço CPF En			
ZENKO NAKASSATO	08/05/2015	916.464.218-68	R. Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 -11º andar -Torre A, Edifício EZ Tower, VI São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39403132, Fax (011) 39401501, e-mail: znakassato@kpmg.com.br	

2.3 - Outras informações relevantes

Não há informações complementares a serem fornecidas.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	1.090.754.000,00	1.044.205.000,00	999.692.000,00
Ativo Total	3.141.175.000,00	3.247.532.000,00	3.034.511.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	717.495.000,00	758.563.000,00	756.163.000,00
Resultado Bruto	108.806.000,00	122.897.000,00	118.269.000,00
Resultado Líquido	84.603.000,00	95.280.000,00	92.991.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	73.646.388	73.646.388	73.646.388
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	14,810692	14,178632	13,574216
Resultado Básico por Ação	0,665012	0,794774	0,834399
Resultado Diluído por Ação	0,66	0,79	0,83

3.2 - Medições não contábeis

O emissor não divulgou no decorrer do último exercício medições não contábeis.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social que as alterassem substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) Regras sobre retenção de lucros

Não há previsão de retenção de lucros no Estatuto Social do emissor.

b) Regras sobre a distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social do emissor, aplicam-se as seguintes regras quanto à distribuição de dividendos: Após a dedução do Imposto de Renda e eventuais prejuízos acumulados, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social; (ii) valores que, legalmente puderem ser destinadas a Reservas para Contingências; (iii) valor necessário ao pagamento de um dividendo que represente em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas; (iv) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria com parecer favorável do conselho de Administração, for deliberado pela Assembléia Geral, inclusive o seguinte: a) 90% (noventa por cento) à Reserva para aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do Capital Social, b) o remanescente, à Reserva Especial de Dividendos com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social; (v) Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei das Sociedades Anônimas, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar; (vi) as reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a Reserva Legal, não poderão ultrapassar o Capital Social; atingido este limite, a Assembléia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do Capital Social, ou na distribuição de dividendos.

Conforme disposto no artigo 192 da Lei nº. 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentam à assembléia geral ordinária, observado o disposto nos artigos 192 a 203 da Lei e no estatuto social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

A Reserva Legal visa assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital. Esse valor é apurado mediante a aplicação da alíquota legal e estatutária de 5% sobre o resultado do exercício.

A Reserva de Lucros a Realizar é constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de coligadas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01 e; (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes. A "Reserva de Lucros a Realizar" é calculada conforme demonstrado abaixo:

			R\$ mil
	2017	2016	2015
- Lucro Líquido do Exercício	51.187	61.175	64.225
- (-) Resultado da Equivalência Patrimonial	(53.667)	(61.778)	(63.113)
- = Lucro (Prejuízo) Financeiro	(2.480)	(603)	1.112
- Lucro Líquido do Exercício para destinação	51.187	61.175	64.225
- (-) Reserva Legal	(2.559)	(3.059)	(3.211)
- Base de cálculo para dividendos	48.628	58.116	61.014
- Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	12.157	14.259	15.253
- (-) Lucro Financeiro	-	-	(1.112)
- Dividendos postergados em Reserva de Lucros a Realizar	12.157	14.259	14.141

c) Periodicidade das distribuições de dividendos.

Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral da Companhia. Nos três últimos exercícios sociais os dividendos foram distribuídos conforme o Estatuto Social do emissor que permite que os pagamentos de dividendos ou JCP sejam efetuados com base no balanço intermediário de 30 de junho e no balanço de encerramento do exercício em 31 de dezembro de cada ano.

PÁGINA: 10 de 196

3.4 - Política de destinação dos resultados

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, nos últimos três exercícios sociais.

Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral da Companhia. O Estatuto Social do emissor permite a que os pagamentos de dividendos ou JCP sejam efetuados com base no balanço intermediário de 30 de junho e no balanço de encerramento do exercício em 31 de dezembro.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O emissor não possui uma política de destinação de resultado formalmente aprovada. A destinação é feita conforme legislação vigente e disposições contidas em seu estatuto social.

PÁGINA: 11 de 196

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	48.628.000,00	58.116.250,00	61.013.750,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	8,973646	7,309808	6,533803
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	4,692809	5,858524	6,424479
Dividendo distribuído total	4.363.704,75	4.248.186,56	3.986.518,08
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	19/04/2018	19/04/2017	20/04/2016

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigat	ório						
Ordinária		58.521,09	19/03/2018	147.481,90	13/03/2017	156.356,61	14/03/2016
Preferencial	Preferencial Classe F	34.608,96	19/03/2018	87.219,75	13/03/2017	92.544,89	14/03/2016
Dividendo Prioritá	rio Mínimo						
Preferencial	Preferencial Classe A	13.882,44	06/10/2017	27.316,77	13/03/2017	12.526,54	05/10/2015
Preferencial	Preferencial Classe A	29.500,45	19/03/2018				
Preferencial	Preferencial Classe B	469.503,82	06/10/2017				
Preferencial	Preferencial Classe B	1.001.526,39	19/03/2018				
Preferencial	Preferencial Classe C	25.792,24	06/10/2017				
Preferencial	Preferencial Classe C	55.170,20	19/03/2018				
Preferencial	Preferencial Classe D	173.348,10	06/10/2017				
Preferencial	Preferencial Classe D	368.364,99	19/03/2018				
Preferencial	Preferencial Classe E	679.160,06	06/10/2017				
Preferencial	Preferencial Classe E	1.454.326,01	19/03/2018				
Preferencial	Preferencial Classe B			926.257,52	13/03/2017		
Preferencial	Preferencial Classe C			50.979,34	13/03/2017		
Preferencial	Preferencial Classe D			341.098,12	13/03/2017		
Preferencial	Preferencial Classe E			1.343.383,27	13/03/2017		
Preferencial	Preferencial Classe A			13.454,54	03/10/2016		
Preferencial	Preferencial Classe B			456.216,26	03/10/2016		
Preferencial	Preferencial Classe C			25.109,23	03/10/2016		
Preferencial	Preferencial Classe D			168.003,66	03/10/2016		
Preferencial	Preferencial Classe E			661.666,20	03/10/2016		
Preferencial	Preferencial Classe B					424.829,71	05/10/2015
Preferencial	Preferencial Classe C					23.380,43	05/10/2015
Preferencial	Preferencial Classe D					156.438,91	05/10/2015
Preferencial	Preferencial Classe E					616.180,20	05/10/2015
Preferencial	Preferencial Classe A					25.466,32	14/03/2016
Preferencial	Preferencial Classe B					862.578,05	14/03/2016
Preferencial	Preferencial Classe C					47.501,06	14/03/2016

1					
Pre	eferencial	Preferencial Classe D	I I	I I	317.667,55 1 14/03/2016
Pre	eferencial	Preferencial Classe E	1		1.251.047,81 14/03/2016

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos 3 últimos exercícios sociais não foram declarados dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) por conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

PÁGINA: 14 de 196

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	1.543.936.000,00	Índice de Endividamento	1,41547590	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/201	xercício social (31/12/2017)						
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		1.293.229.000,00	100.335.000,00	89.971.000,00	60.401.000,00	1.543.936.000,00
Total			1.293.229.000,00	100.335.000,00	89.971.000,00	60.401.000,00	1.543.936.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Ao emissor

Por se tratar de uma Companhia exclusivamente de participações societárias, seu risco fica concentrado na continuidade e nos riscos inerentes a cada empresa em que tem participação, em especial, as instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Suas atividades podem ser impactadas por quaisquer riscos que venham a afetar seu grupo econômico.

Entendemos que a marca Alfa, que é identidade corporativa do emissor, tem um valor considerável no mercado e que a mantém em destaque. Não podemos assegurar, no entanto, o não surgimento de eventos que provoquem desvalorização da marca do emissor.

b) Ao controlador

O interesse do acionista controlador do emissor pode em certas circunstâncias, não coincidir com o interesse dos demais acionistas.

c) Aos seus acionistas

O investimento em valores mobiliários negociados nos mercados de capitais envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. A falta de liquidez de ações pode vir a dificultar a venda, por parte de acionistas, na ocasião e pelo preço que desejam. O emissor pode vir a não efetuar pagamento de dividendos aos acionistas em qualquer exercício social, caso os administradores façam o aconselhamento, e se a assembléia geral de acionistas do emissor assim aprovar, em decorrência da situação financeira do emissor.

d) A suas controladas e coligadas

As empresas coligadas de maior relevância são as seguintes:

i) Banco Alfa de Investimento S.A.

O Banco Alfa de Investimento S.A.está sujeito aos riscos inerentes à sua atividade como instituição financeira e que podem impactar negativamente a sua rentabilidade ou até mesmo comprometer parte do seu patrimônio. Dentre os riscos a que a empresa está submetida podemos citar os riscos de mercado, de crédito, liquidez e o risco operacional, como os principais.

ii) Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos

A Financeira Alfa está sujeita a riscos inerentes à sua atividade como empresa financeira e que podem impactar negativamente a sua rentabilidade ou até mesmo comprometer parte do seu patrimônio. Dentre os riscos a que a empresa está submetida os riscos de mercado, de crédito, liquidez e o risco operacional, estão entre os principais.

e) A seus fornecedores

O emissor não possui fornecedores relevantes.

f) A seus clientes

O emissor não possui clientes.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

Mudança nas condições da economia mundial ou do nosso país, problemas estruturais ou piora nas condições de competitividade podem afetar negativamente empresas de setores econômicos específicos, fazendo com que possam ter sua condição financeira ou mesmo viabilidade comprometidas. A eventual concentração da exposição de crédito a empresas destes setores poderia ocasionar um aumento nas perdas de crédito e comprometer os resultados financeiros do emissor.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue

Mudança nas condições da economia mundial ou do nosso país, problemas estruturais ou piora nas condições de competitividade podem afetar negativamente empresas de setores econômicos específicos, fazendo com que possam ter sua condição financeira ou mesmo viabilidade comprometidas. A eventual concentração da exposição de crédito a empresas destes setores poderia ocasionar um aumento nas perdas de crédito e comprometer os resultados do emissor.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

O emissor não atua no exterior.

j) Questões sócios ambientais

Não há fatores de risco sócios ambientais que possam influenciar a decisão de investimento por parte dos investidores do emissor e suas controladas e coligadas.

PÁGINA: 18 de 196

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Em relação a cada um dos riscos anteriormente mencionados, as empresas coligadas e controladas do emissor estão em permanente monitoramento quanto aqueles que possam afetar adversamente seus negócios, resultados e continuidade de suas operações. Este monitoramento analisa o ambiente no qual o emissor está inserido, avaliando impactos de mudanças macroeconômicas e setoriais sobre suas atividades através de indicadores consistentes de riscos e performance, bem como os riscos inerentes à forma de operação, dentro do ambiente regulatório que lhe é exigido. A avaliação quando da preparação destas informações é a de que nossa exposição aos riscos monitorados está enquadrada dentro dos parâmetros definidos pela nossa política de gestão de riscos, e de que inexistem evidências de aumento substancial no risco em qualquer das classes descritas no item anterior.

PÁGINA: 19 de 196

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Banco Alfa de Investimento S.A.

Natureza: Cível

Não há processos cíveis individualmente relevantes para o Emissor ou suas Controladas de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Trabalhista

Não há processos trabalhistas individualmente relevantes para o Emissor ou suas Controladas de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Tributária

Processo nº. 0009024-54.2004.8.26.0053			
a. Juízo	14ª Vara da Fazenda Pública		
b. Instância	Justiça Estadual		
c. Data de instauração	31/03/2014		
d. Partes no processo	Emissor x Município de São Paulo		
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 8.127 mil		
envolvidos			
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança que visa afastar a cobrança de ISS sobre as receitas decorrentes da contratação de aval, fiança e congêneres. O Emissor obteve sentença que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, sob alegação de que o argumento de que para o deslinde da controvérsia faz-se necessária a ampla produção de provas, incompatível com o rito do Mandado de Segurança. O Emissor interpôs recurso de Apelação o qual foi julgado pelo Tribunal de Justiça, para o fim de dar provimento ao apelo, afastando a sentença, porém, no mérito, denegando a segurança. O Emissor interpôs Recursos Especiais (REsp) e Extraordinários (RExt), os quais não foram admitidos. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento (AI) do Despacho Denegatório dos Recursos. O Relator no Superior Tribunal de Justiça admitiu o AI e o converteu em julgamento do REsp, mas no mérito, não lhe deu provimento. Aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração e posteriormente julgamento do AI do Despacho Denegatório do RExt no Supremo Tribunal Federal.		
g. Chance de perda (provável,	Possível		
possível ou remota)			
h. Análise do impacto em caso de	A eventual perda deste processo implicará no desencaixe de R\$ 8.127		
perda do processo	mil, sem afetar a posição financeira, patrimonial ou os negócios do		
	Emissor, porém impactará negativamente o seu resultado, de forma que poderá refletir na cotação de suas ações.		
i. Valor provisionado	R\$ 8.127 mil		

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Financeira Alfa S.A. – Crédito Financiamento e Investimentos

Natureza: Cível

Não há processos cíveis individualmente relevantes para o Emissor de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Trabalhista

Não há processos trabalhistas individualmente relevantes para o Emissor de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Tributária

Processo nº. 0009024-54.2004.8.26.0053			
a. Juízo	14ª Vara da Fazenda Pública		
b. Instância	Justiça Estadual		
c. Data de instauração	31/03/2014		
d. Partes no processo	Emissor x Município de São Paulo		
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 1.262 mil		
envolvidos			
g. Chance de perda (provável,	Trata-se de Mandado de Segurança que visa afastar a cobrança de ISS sobre as receitas decorrentes da contratação de aval, fiança e congêneres. O Emissor obteve sentença que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, sob alegação de que o argumento de que para o deslinde da controvérsia faz-se necessária a ampla produção de provas, incompatível com o rito do Mandado de Segurança. O Emissor interpôs recurso de Apelação o qual foi julgado pelo Tribunal de Justiça, para o fim de dar provimento ao apelo, afastando a sentença, porém, no mérito, denegando a segurança. O Emissor interpôs Recursos Especiais (REsp) e Extraordinários (RExt), os quais não foram admitidos. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento (AI) do Despacho Denegatório dos Recursos. O Relator no Superior Tribunal de Justiça admitiu o AI e o converteu em julgamento do REsp, mas no mérito, não lhe deu provimento. Aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração e posteriormente julgamento do AI do Despacho Denegatório do RExt no Supremo Tribunal Federal.		
possível ou remota)	1 0351101		
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A eventual perda deste processo implicará no desencaixe de R\$ 1.262 MM, sem afetar a posição financeira, patrimonial ou os negócios do Emissor, porém impactará negativamente o seu resultado, de forma que poderá refletir na cotação de suas ações.		
i. Valor provisionado	R\$ 1.262 mil		

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

O Emissor e suas coligadas / controladas não possuem processos nessas condições.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há nenhum processo sigiloso em que o emissor ou suas coligadas / controladas sejam parte e que não tenha sido divulgado.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Banco Alfa de Investimento S.A

Natureza: Cível

- a. valores envolvidos: R\$ 1.684.837,28
- b. valor provisionado, se houver: Não há provisão
- c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência: Trata-se de contratos de arrendamento mercantil de empresa controlada Alfa Arrendamento Mercantil S.A. que previam reajuste do valor das parcelas segundo a variação da cotação do dólar. Em razão da abrupta variação cambial no início de 1999 alguns arrendatários entenderam que o contrato deveria ser revisado para substituir o índice de atualização do valor das parcelas.

Financeira Alfa S.A. – C.F.I.

Natureza: Cível

- a. valores envolvidos: R\$ 400.522,28
- b. valor provisionado, se houver: Não há provisão
- c. prática do emissor que causou tal contingência: trata-se de contratos de financiamento que prevêem o pagamento de certas tarifas. Alguns financiados entendem que a cobrança de tarifas é abusiva e pedem a restituição dos valores cobrados.
- a. valores envolvidos: R\$ 2.976.497,70
- b. valor provisionado, se houver: Não há provisão
- c. prática do emissor que causou tal contingência: trata-se de contratos de financiamento que prevêem o pagamento de juros. Alguns financiados entendem que a cobrança de juros é abusiva e pedem o recálculo dos valores cobrados.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Esta questão não é aplicável, pois o emissor é pessoa jurídica nacional.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- a) Por se tratar de uma companhia exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que tem participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa que possuem políticas próprias de gerenciamento de riscos. Esses riscos estão detalhados a seguir.
- b) O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação do risco e o retorno para o Conglomerado Financeiro Alfa (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. CFI, Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., e Banco Alfa S.A.). O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração.

O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado no Conglomerado Financeiro Alfa é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado, isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado é gerenciado de forma unificada.

1. Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- A. Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sob posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- B. Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- C. De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve, em conformidade com as disposições do Art. 3º da Resolução nº 3.721 do Banco Central do Brasil de 30.04.2009, permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos. Ressalta-se que, este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site **www.alfanet.com.br.**

2. Risco de Liquidez

O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O Comitê de Caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, os controles do risco de liquidez utilizam-se de fluxo de caixa projetado diariamente, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos.

3. Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (*Value at Risk*) definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de lambda de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.490 de 29/08/2007. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

4. Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, o Conglomerado Financeiro Alfa realiza análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-lo a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5. Risco Operacional

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais o Conglomerado está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à diretoria de cédito, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê serão acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

c) As Instituições Financeiras do Conglomerado dispõem de sistema eletrônico de monitoramento de controles internos, de forma que o responsável pelo ponto monitorado responde periodicamente sobre a adoção e manutenção do controle interno a ele aplicável.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- a) Por se tratar de uma companhia exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que tem participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa que possuem políticas próprias de gerenciamento de riscos.
- b) Os objetivos e as estratégias de gerenciamento de riscos de mercado das suas coligadas financeiras são as seguintes:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

O Conglomerado Financeiro Alfa busca proteção para as exposições sujeitas a variações nas taxas juros, índices de preços, cupom e variação cambial. Esta proteção visa travar ganhos existentes ou limitar perdas quando da percepção de um cenário que possa se mostrar desfavorável para determinadas exposições.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

As estratégias de proteção das exposições a risco do Conglomerado Financeiro Alfa são definidas pela Presidência e pela Diretoria da Tesouraria, observando-se cenários baseados em expectativa futura nas variações das taxas de juros prefixadas, vis-à-vis os limites de exposições e concentrações ao risco definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado (CGRM).

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge) são os derivativos, definidos em consonância com a estratégia estabelecida pela Presidência e pela Diretoria da Tesouraria do Conglomerado Financeiro Alfa.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros e metodologias de gerenciamento de risco de mercado são aplicados em conformidade com as boas práticas de mercado, descritas abaixo:

a) Fontes de Informações e Fatores de Riscos

Os preços de mercado (cotações de moedas, ações e opções, curva de juros, índices de inflação e preços) são obtidos de forma automática pelo sistema de Riscos. O sistema utiliza a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, SELIC, ANBIMA, BANCO CENTRAL e outras fontes de divulgação pública para coleta dos dados de mercado.

No caso de ativos de baixa liquidez ou na falta de divulgação pública de preços, adota-se uma metodologia desenvolvida internamente, levando-se em conta os componentes de riscos de crédito e liquidez inerentes ao ativo.

As operações sob análise de risco de mercado são divididas em seus fatores de riscos distintos tratados de forma individualizada, os quais são consolidados no cálculo do VaR.

Os limites de exposição e risco são definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado (CGRM).

b) Metodologia Adotada

Para gerenciamento de risco de mercado, o Conglomerado Financeiro Alfa vale-se de ferramentas estatísticas largamente utilizadas pelo mercado. Dentre estas, destacam-se os cálculos de VaR, estresse e *duration*.

O VaR é calculado diariamente pelo modelo paramétrico, utilizando-se para cálculo de volatilidade o método EWMA com lambda de 0,94 para o horizonte de tempo de 1 (um) dia e nível de confiança de 99%. A aferição do modelo é medida através do *backtest* diário.

De acordo com este método, a assertividade do VaR, por ser uma expectativa, pode ser confirmada através do recálculo da carteira pela curva de mercado do dia da expectativa (retorno da carteira). A diferença entre o retorno da carteira (variação real) e o VaR não poderá ser superior a 3 (três) extrapolações a cada 252 observações (dias úteis), ou seja, 1% da estimativa de perdas.

De forma a aumentar a assertividade quanto às métricas de risco providas pelo VaR, o Conglomerado Financeiro Alfa vale-se de cenários de estresse. Estes contribuem para a avaliação de situações de adversidade de mercado. Quando o

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

VaR, isoladamente, perde eficácia no monitoramento de risco, o Conglomerado Financeiro Alfa utiliza cenários divulgados pela B3 S.A – Brasil, Bolsa Balcão para o preparo de cenários de estresse.

Semanalmente são enviados reportes preparados pelo Departamento de Gestão de Riscos aos diretores de Tesouraria e de Gestão de Risco de Mercado, informando a exposição do Conglomerado Financeiro Alfa e os seus riscos vis-à-vis os limites aprovados. Além disso, bimestralmente é realizada reunião do COGER para avaliar o processo de gestão de riscos.

Periodicamente, o Departamento de Controles Internos envia questionários eletrônicos aos departamentos envolvidos na estrutura de gerenciamento de risco de mercado para verificar a aderência e a efetividade dos processos adotados.

Adicionalmente, o Departamento de Auditoria Interna verifica o cumprimento de todo o processo definido para o gerenciamento de risco de mercado.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Além da atuação do Conglomerado Financeiro Alfa em mercados de derivativos para a finalidade de hedge de posições próprias e de clientes, o Conglomerado Financeiro Alfa pode valer-se da utilização de tais instrumentos para buscar oportunidades de ganho financeiro. A política interna rege que as estas operações podem ser feitas de acordo com expectativas apropriadas de mercado, respeitando-se limites de exposição estabelecidos para cada fator de riscos de mercado, bem como seus respectivos limites de crédito. Para determinar estes momentos, são utilizadas as projeções econômicas produzidas pelo Conglomerado Financeiro Alfa e por entidades externas de consultoria.

Destaca-se que a efetividade dos instrumentos de hedge utilizados pelo Conglomerado Financeiro Alfa é mensurada e validada de acordo com as disposições da Circular nº 3.082 do Banco Central do Brasil.

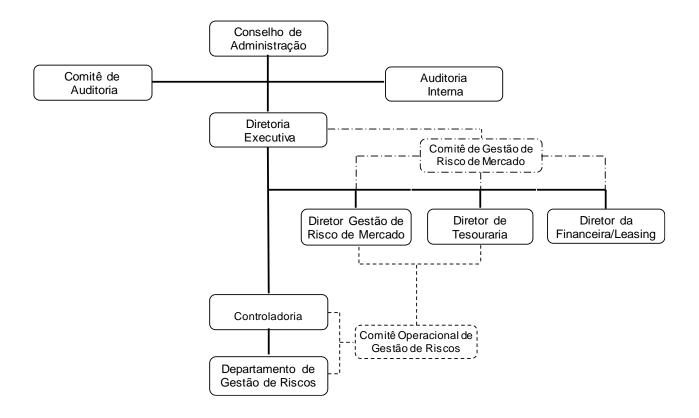
vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A gestão de risco de mercado objetiva a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de mercado aos quais o Emissor e as demais empresas do Conglomerado Alfa estão sujeitos, e consequentemente adotar medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Além disso, deve reportar e documentar os eventos, testar os sistemas de controle, definir o contingenciamento das atividades e as estruturas de gerenciamento, além de divulgar os resultados para a Administração.

c) As Instituições Financeiras do Conglomerado dispõem de sistema eletrônico de monitoramento de controles internos, de forma que o responsável pelo ponto monitorado responde periodicamente sobre a adoção e manutenção do controle interno a ele aplicável.

A estrutura de gestão de risco de mercado das coligadas financeiras está assim constituída:

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado



1. Conselho de Administração:

Revisar e aprovar, no mínimo anualmente, a Política de Gestão de Risco de Mercado e com base nos relatórios de controle, manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para a correção das deficiências apontadas.

2. Auditoria Interna:

Verificar o cumprimento e a documentação pertinente ao processo de gerenciamento de risco de mercado.

3. Diretoria Executiva:

Aprovar e tornar efetiva a Política de Gestão de Risco de mercado, revisando-a, no mínimo anualmente, além de acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências de controles e de gerenciamento dos riscos de mercado recomendadas pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado.

4. Comitês de Risco de Mercado:

- **CGRM Comitê de Gestão de Risco de Mercado**: Estabelecer a política global de riscos, definindo os limites institucionais de exposição máxima aos riscos de mercado e o nível mínimo de liquidez.
 - Periodicidade: Por convocação.
 - Participantes:
 - a. Presidência;
 - b. Diretoria de Crédito;
 - c. Diretoria de Tesouraria;
 - d. Diretoria Financeira / Leasing;
 - e. Diretor de Gerenciamento de Risco de Mercado; e
 - f. Departamento de Gestão de Riscos.
- COGER Comitê Operacional de Gestão de Riscos: Supervisionar os processos operacionais de riscos, avaliando
 as posições consolidadas, o cumprimento dos limites de exposição, risco e estresse monitorados pelo Departamento

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

de Gestão de Riscos. Revisar os parâmetros adotados para cenário de normalidade e stress para a gestão dos Riscos de Liquidez.

- Periodicidade: Bimestral.
- Participantes:
 - a. Diretoria de Tesouraria;
 - b. Gerentes das Mesas de Tesouraria e de Câmbio;
 - c. Diretor de Gerenciamento de Risco de Mercado;
 - d. Controladoria; e
 - e. Departamento de Gestão de Riscos.

5. Diretor de Gerenciamento de Riscos de Mercado:

Diretor responsável pela aplicação da Política de Gestão de Riscos de Mercado.

6. Controladoria:

- Supervisionar as atividades do Departamento de Gestão de Riscos. Elaborar e difundir sistematicamente os conceitos de risco de mercado no Conglomerado através de comunicação no portal de divulgação, assim como revisar as premissas dispostas na política de gestão de risco de mercado;
- Reportar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, a identificação e ações para correção das deficiências de controles e gerenciamento de riscos de mercado.

7. Departamento de Gestão de Riscos:

- Propor a política institucional de gerenciamento de risco de mercado revisando-a sistematicamente;
- Identificar, avaliar e monitorar os riscos de mercado do Conglomerado e de cada instituição individualmente;
- Monitorar a observância da política de classificação de operações na carteira de negociação;
- Promover pesquisas, desenvolvimentos e implementação de metodologias, sistemas e modelos de gestão de riscos de mercado;
- Realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas utilizados para gestão de riscos;
- Identificar previamente os riscos inerentes às novas atividades e produtos e análise de sua adequação aos procedimentos e controles adotados;
- Avaliar o impacto do risco de mercado para a alocação de capital regulatório;
- Propor revisões dos limites de riscos de mercado, objetivando a adequação ao escopo das operações do Conglomerado;
- No caso de extrapolações dos limites pré-estabelecidos, comunicar o Comitê de Gestão de Risco de Mercado (CGRM) para que este defina qual a ação a ser tomada;
- Produzir relatórios tempestivos de acompanhamento de riscos de mercado e liquidez;
- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes ao tema de risco de mercado;
- Analisar quaisquer ocorrências não previstas nesta política e adotar as medidas necessárias.

O Departamento de Gestão de Riscos deve monitorar e controlar a exposição de riscos de mercado e a observância dos limites operacionais de posições incluídas ou não na carteira de negociação, gerando relatórios tempestivos para documentação do processo. Para tanto o Departamento deve:

- Obter as curvas de mercado e cotações para marcação a mercado das carteiras de operações;
- Obter as carteiras de operações de Renda Fixa, Crédito (Atacado e Varejo), e Derivativos;
- Analisar as medidas de riscos: Exposição, VaR (Valor em Risco), Duration e Stress para monitoramento de limites;
- Gerar informações para áreas Internas e Externas; Externas BACEN, Agências de Rating, Internas –Controladoria (DICON), Retaguarda (Back-Office) e Auditoria;
- Monitorar a classificação de ativos;
- Apurar o resultado contábil da carteira de Hedge da Financeira Alfa em conjunto com a Controladoria.

O Departamento de Gestão de Riscos deve monitorar a observância da política de classificação através da geração de relatórios tempestivos que possam fornecer os principais dados:

- Resumo dos instrumentos financeiros agrupados por classificação (sumarizado por categoria e volume);
- Principais dados dos instrumentos financeiros (tipo de papel, data de emissão, data de vencimento, número de registro no sistema, quantidade e volume);

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- Data da classificação e período de permanência na categoria;
- Transferências ocorridas por período de consulta (data de entrada/saída e dados da operação).

8. Monitoramento

Utilizar-se um sistema para gerenciamento dos riscos de mercado que contemple avaliação quantitativa dos riscos do Conglomerado. Este sistema deve compreender:

- Mapeamento dos fatores de riscos considerados críticos;
- Monitoramento dos limites institucionais de risco;
- Inclusão e/ou manutenção de produtos, resguardando suas características de negociação e respectivas implicações para mensuração dos riscos de mercado inerentes;
- Comunicação formal do monitoramento dos limites.

O sistema de monitoramento é submetido a testes de avaliação para validação de suas premissas de controles com periodicidade mínima anual.

9. Plano de Contingência

O Conglomerado Financeiro Alfa possui um Plano de Continuidade de Negócios estruturado para vários níveis de situações adversas e em constante evolução. Nesse contexto são realizados testes semestrais para reavaliar e aperfeiçoar o plano de contingência. A coordenação dos planos está sob a responsabilidade do Comitê Operacional de Segurança e Contingência.

PÁGINA: 33 de 196

5.3 - Descrição dos controles internos

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

Por se tratar de uma companhia exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que tem participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Essas instituições dispõem de normas escritas sobre práticas relativas a Controles Internos, que descrevem pormenorizadamente sobre (a) a estruturação de controles internos, segregada em função de controles internos, estrutura organizacional, Comitê Diretivo e representantes setoriais de controles internos bem como sobre (b) as normas de monitoramento, segregadas em conceitos, premissas e pontos de monitoramento.

O Conglomerado dispõe de sistema de monitoramento eletrônico de controles internos, de forma a que o responsável pelo ponto monitorado responde periodicamente sobre a adoção e manutenção do controle interno a ele aplicável. Aliado a isso, as Auditorias Interna e Externa também verificam o cumprimento dos controles internos do Conglomerado.

Na visão do Emissor, o grau de eficiência dos atuais sistemas de controles internos é plenamente satisfatório. Tal opinião é referendada no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2017 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa. Nesse relatório, o Auditor conclui o seguinte: "Como resultado dos nossos procedimentos não identificamos deficiências significativas de controle interno ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares a serem reportados".

Entretanto, existem ações em andamento que sempre visam a aperfeiçoar e ampliar os atuais níveis de controles internos, de forma a assegurar que as informações constantes nas demonstrações financeiras do Conglomerado sejam totalmente confiáveis.

b) Estruturas organizacionais envolvidas.

A Gerência Geral de Controles Internos das empresas que o Emissor possui participação é a área responsável pela avaliação, implantação e monitoramento dos pontos de controles internos. Essa Gerência está subordinada à Diretoria de Operações, cujas responsabilidades estão relacionadas a todas as atividades inerentes aos processos administrativos do Conglomerado. A Diretoria de Operações subordina-se diretamente à Diretoria Executiva, e esta ao Conselho de Administração.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria de Operações das empresas que o Emissor possui participação. O Gerente Geral da Gerência Geral de Controles Internos é o responsável por apurar e reportar ao Diretor de Operações a ocorrência de eventuais descumprimentos dos controles internos.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Conforme acima mencionado, não há no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2017 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa qualquer menção quanto à deficiência significativa ou recomendação relativa a controles internos.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Considerando não terem sido apontadas deficiências no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2017 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa os diretores concordaram com as conclusões do relatório

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

O Emissor é uma companhia exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, que por sua vez possui as políticas relacionadas abaixo, com o objetivo, dentre outros, de definir as regras, políticas e procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:

- ✓ Conceitos básicos e linha de atuação;
- ✓ Código de Ética e Conduta;
- ✓ Política de *Compliance*;
- ✓ Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT);
- ✓ Comitê Institucional Comitê de Análise de Conduta; e
- ✓ Manual de Instruções MI/05/008 PLD/CFT.

O Manual de Instruções é atualizado a cada 6 meses. Os riscos e as políticas são reavaliados anualmente ou sempre que necessário.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os monitoramentos das Instituições Financeiras do Conglomerado Alfa são realizados pela Gerência Geral de Compliance, subordinada à Diretoria de Operações, e auditados pela Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração.

Os procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições e responsabilidades, estão descritos nas políticas relacionadas no item anterior (i).

As políticas "Conceito Básico e Linha de Atuação" e o "Código de Ética e Conduta", que integram o "Livro Azul", distribuído aos funcionários e colaboradores sob protocolo, bem como divulgados na intranet no endereço eletrônico http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?pagid=KLKCNMQO&menuid=1436, foram atualizados em maio/2017, aprovadas pela Presidência.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
 - O Código de Ética e Conduta, aprovado formalmente pela presidência, abrange os administradores, funcionários, prepostos, procuradores, acionistas, fornecedores, prestadores de serviço e colaboradores.
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Foi aplicado aos funcionários e colaboradores os seguintes treinamentos na modalidade online:

- ✓ Anticorrupção;
- ✓ Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT); e
- ✓ Controles Internos.

Adicionalmente são aplicados cursos de reciclagem em (PLD/CFT) aos funcionários e colaboradores, na modalidade online, a cada 3 anos, bem como são realizados treinamentos presenciais sobre PLD/CFT aos Superintendentes, Gerentes Gerais, Comerciais e Operacionais das Diretorias Corporate, Private, Financeira e Leasing, e das áreas de câmbio e cadastro, com periodicidade anual.

5.4 - Programa de Integridade

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código estão previstas no próprio Código de Ética e Conduta, no Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta e no Manual de Instruções – MI/05/008 – PLD/CFT.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e Conduta, cuja última atualização foi em maio/2017, foi aprovado pela Presidência, está divulgado na intranet, no endereço eletrônico: http://portalalfa.alfa.corp/arquivos/Geral/Conglomerado/Cod de Etica e Cond/18052017.pdf

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é interno.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de funcionários e de terceiros.

O canal de denúncias está divulgado na intranet para os funcionários e colaboradores, no endereço: http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?pagid=FRKCNMQN&menuid=1187, e para o público em geral, na rede mundial de computadores, no endereço: https://bancoalfa.com.br.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Sim. Juntamente com o canal de denúncia é divulgado o regulamento, que contém os seguintes dizeres: Este canal destina-se à comunicação de indícios de ilicitude relacionados às atividades do Conglomerado Financeiro Alfa. Não é necessária a identificação do interlocutor, relator do indício de ilicitude. É importante que o relato contenha riqueza de detalhes e maior quantidade de informações possíveis, para a apuração dos fatos e eventual responsabilização dos envolvidos. É assegurada a confidencialidade, a independência, a imparcialidade e a isenção no tratamento do reporte.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Ouvidoria e Auditoria Interna.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Os procedimentos adotados são os constantes nas políticas mencionadas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável (O Conglomerado Alfa possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública).

5.5 - Alterações significativas

Não houve no último exercício social alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto por meio de suas participações no Conglomerado Financeiro Alfa, ou na política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Financeiro Alfa.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor 09/08/1952

Forma de Constituição do Emissor Sociedade Anônima de Capital Aberto.

País de Constituição Brasil

Prazo de Duração Indeterminado

Data de Registro CVM 20/07/1977

6.3 - Breve histórico

O emissor, originou-se com o nome de Cia. Mineira de Engenharia, fundada em 08.08.1952, com sede em Belo Horizonte-MG e que se dedicava a atividades de serviços de engenharia e construção civil.

Em 28.12.1959, em Assembleia Geral Extraordinária da Cia.Mineira de Engenharia, deliberou-se o aumento de capital, a nova denominação social e a adoção de novo objeto social. Passou, então, a Sociedade a denominar-se Consórcio Brasileiro de Administração e Engenharia S.A. tendo por objeto social, entre outros, a participação societária em outras sociedades.

Em 11.08.1969, a sede social foi transferida para São Paulo e, em Assembleia Geral Extraordinária de 12.04.1977, procedeu-se à alteração de sua denominação social para Consórcio Real Brasileiro de Administração S.A.. A A.G.E. de 08.04.1999 alterou a denominação social da Sociedade para Consórcio Alfa de Administração S.A.

Sua atividade principal atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "holding", com participações direcionadas, principalmente aos segmentos financeiros diretos e indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Banco Alfa S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros através da controlada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.) e tecnologia e serviços (Metro Tecnologia Informática Ltda.).

O emissor não possui filiais e seu controle é inteiramente nacional.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não foi protocolado nenhum pedido requerendo a falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do emissor.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

O emissor: Tem como objetivo principal participar como sócia de outras sociedades na qualidade de cotista, acionista ou outra forma legalmente admissível. Nos termos de seu estatuto o emissor pode também: (i) prestar todos e quaisquer serviços de engenharia permitidos pelas leis e regulamento aplicáveis à espécie, (ii) atuar como representante, administradora ou procuradora de pessoas físicas e jurídicas, civis e comerciais, nacionais e estrangeiras. (iii) atuar como corretora ou incorporadora de imóveis por conta própria ou de terceiros, (iv) prestar assistência técnica e prestação de serviços de qualquer natureza, inclusive serviços especializados sobre assuntos que exigem conhecimentos técnicos profissionais de economia (Lei nº 1.411/51. Decreto nº 31.794/52 e Resolução nº 67/57, do Conselho Federal de Economistas Profissionais), fianças e administração (Lei nº 4.769/65 e Decreto nº 61.934/67), tais como: pesquisas de mercado, levantamentos estatísticos, análises econômico-financeiras, organizações, planejamento, controles, relatórios, pareceres, planos, implantações, projetos e estudos, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou com os quais sejam conexos, a quaisquer empresas comerciais, industriais e agrícolas.

Controladas

Corumbal Participações e Administração Ltda.: Tem como objetivo participar como sócia de outras sociedades na qualidade de cotista, acionista ou ainda como membro de consórcio e a administração de bens próprios ou de terceiros. A Corumbal controla a Alfa Previdência e Vida S/A, Alfa Seguradora S/A e Banco Alfa S.A..

Alfa Previdência e Vida S.A.: A sociedade tem por objeto social operar com seguros de pessoas e planos de previdência complementar em todo território nacional.

Alfa Seguradora S.A.: A sociedade tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional.

Ranco Alfa S A

O Banco tem por objeto a prática de todas as operações bancárias inerentes à atividade de banco comercial.

Metro Tecnologia Informática Ltda.: Tem como objetivo (i) a assistência técnica, econômica, financeira, agropecuária e administrativa a empresas e pessoas físicas em geral e a prestação de serviços especializados sobre assuntos que exigem conhecimentos técnicos profissionais de economia, finanças, agropecuária e de administração, bem como de assessoria e consultoria a empresas e pessoas físicas em geral, elaboração, consultoria e execução de projetos agropecuários a pessoas físicas e jurídicas, podendo contratar serviços com organizações especializadas ou profissionais e técnicos necessários para o desempenho dos serviços correlatos aos ramos, (ii) desenvolvimento de Sistemas aplicativos ("software") para a computação eletrônica, podendo contratar serviços com organizações especializadas ou com profissionais e técnicos, para o desempenho dos serviços, (iii) administração de bens imóveis, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades, vedada a prática de operações para as quais seria necessária prévia autorização dos poderes públicos, (iv) serviços relativos à pesquisa, coleta e fornecimento de informações cadastrais, análise de crédito e de cadastro para encaminhamento de pedidos de financiamento à sociedades de crédito, financiamento e investimentos ou outras instituições financeiras, (v) assessoria e consultoria de crédito, planejamento, organização e programação de carteiras de crediários e (vi) serviços gerais não especializados. A Metro Tecnologia Informática Ltda. presta serviços na área de tecnologia, consultoria contábil e fiscal e análise de créditos para todas empresas do grupo. Também é a controladora da Itapar Europa Lda., empresa sediada na Ilha da Madeira.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

O Emissor não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de encerramento dos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 o emissor divulgou informações sobre os segmentos operacionais de sua atuação, sendo eles: Varejo, Seguros e Serviços para os exercícios de 2017, 2016 e 2015. A segregação desses segmentos está assim disposta:

Atacado
Banco Alfa de Investimento S.A.
- Corporate e Investment Banking
- Operação de Capital de Giro a grandes empresas
- Repasses de Recursos do BNDES
- Trade Services
- Operações de Tesouraria
- Prestação de Fianças
- Gestão de Recursos de Terceiros
- Private Banking
Alfa Corretora de Câmbio e Vals. Mobiliários S.A.
- Corretagem de Câmbio e Valores Mobiliários
BRI Participações Ltda.
- Administração de "Caixa"

Varejo
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.
- Operações de Arrendamento Financeiro
Financeira Alfa S.A.
- Crédito direto ao Consumidor
- Empréstimos Consignados
Banco Alfa S.A.
- Conta Corrente – PF/PJ
- Empréstimos e Financiamentos
- Crédito Direto ao Consumidor – CDC
- Cheque / Empréstimos Consignados

Seguros
Alfa Seguradora S.A.
- Seguro de Vida e Acidentes Pessoais
- Seguro de Automóveis
- Seguro Residencial
Alfa Previdência e Vida S.A.
- PGBL
- VGBL

Serviços
Metro Tecnologia Informática Ltda.
- Serviços de Assessoria e Consultoria
- Serviços de Desenvolvimento de Sistemas
Metro-Dados Ltda.
- Processamento de Dados

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO DE 31.12.2017

		Seguros e		
Descrição	Varejo	Previdência	Serviços	Total
Receitas de juros	105.826	103.041	35.036	243.903
Despesas de juros	(65.147)	(60.658)	(2.939)	(128.744)
Margem financeira	40.679	42.383	32.097	115.159
Receitas de serviços e comissões	3.619	3.984	17.691	25.294
Despesas de serviços e comissões	(1.218)	(88.620)	(1.372)	(91.210)
Resultado líquido de serviços e comissões	2.401	(84.636)	16.319	(65.916)
Premios de seguros e resseguros ganhos	-	448.298	-	448.298
Despesas de sinistros retidos	-	(293.724)	-	(293.724)
Resultado com Operações de Resseguro	-	(55)	-	(55)
Resultado de participações em controladas	-	-	41.639	41.639
Outras receitas	12.471	11.602	16.592	40.665
Resultado operacional	55.551	123.868	106.647	286.066
Resultado com impairment de ativos financeiros	(1.207)	-	-	(1.207)
Despesas de pessoal	(9.712)	(37.996)	(20.073)	(67.781)
Gastos gerais administrativos	(9.964)	(39.876)	(5.522)	(55.362)
Outras despesas	(24.253)	(25.669)	(2.988)	(52.910)
Resultado antes dos impostos	10.415	20.327	78.064	108.806
Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	(4.132)	(7.186)	(12.885)	(24.203)
Resultado líquido do exercício	6.283	13.141	65.179	84.603

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO DE 31.12.2016

		Seguros e		
Descrição	Varejo	Previdência	Serviços	Total
Receitas de juros	115.634	123.722	42.936	282.292
Despesas de juros	(91.115)	(71.865)	(4.635)	(167.615)
Margem financeira	24.519	51.857	38.301	114.677
Receitas de serviços e comissões	11.798	3.538	15.220	30.556
Despesas de serviços e comissões	(1.077)	(87.052)	(1.122)	(89.251)
Resultado líquido de serviços e comissões	10.721	(83.514)	14.098	(58.695)
Premios de seguros e resseguros ganhos	-	443.386	-	443.386
Despesas de sinistros retidos	-	(291.496)	-	(291.496)
Resultado com Operações de Resseguro	-	2.329	-	2.329
Resultado de participações em controladas	-	-	57.525	57.525
Outras receitas	893	7.837	1.706	10.436
Resultado operacional	36.133	130.399	111.630	278.162
Resultado de ganhos com impairment de ativos financeiros	(4.895)		-	(4.895)
Despesas de pessoal	(9.061)	(37.233)	(17.879)	(64.173)
Gastos gerais administrativos	(7.566)	(41.505)	(4.832)	(53.903)
Outras despesas	(2.326)	(29.296)	(672)	(32.294)
Resultado antes dos impostos	12.285	22.365	88.247	122.897
Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	(4.388)	(8.708)	(14.521)	(27.617)
Resultado líquido do exercício	7.897	13.657	73.726	95.280

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO DE 31.12.2015

		Seguros e		
Descrição	Varejo	Previdência	Serviços	Total
Receitas de juros	98.266	112.941	33.696	244.903
Despesas de juros	(77.189)	(63.762)	(9.310)	(150.261)
Margem financeira	21.077	49.179	24.386	94.642
Receitas de serviços e comissões	12.245	3.193	12.263	27.701
Despesas de serviços e comissões	(971)	(97.128)	(888)	(98.987)
Resultado líquido de serviços e comissões	11.274	(93.935)	11.375	(71.286)
Premios de seguros e resseguros ganhos	_	477.004	-	477.004
Despesas de sinistros retidos	-	(299.381)	-	(299.381)
Resultado de participações em controladas	-	-	67.641	67.641
Outras receitas	708	4.456	1.391	6.555
Resultado operacional	33.059	137.323	104.793	275.175
Resultado de ganhos com impairment de ativos financeiros	(7.642)	-	-	(7.642)
Despesas de pessoal	(7.915)	(33.939)	(15.920)	(57.774)
Gastos gerais administrativos	(7.076)	(43.805)	(4.413)	(55.294)
Outras despesas	(1.450)	(34.492)	(254)	(36.196)
Resultado antes dos impostos	8.976	25.087	84.206	118.269
Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	(2.710)	(9.464)	(13.104)	(25.278)
Resultado líquido do exercício	6.266	15.623	71.102	92.991

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O Emissor é uma Holding cuja atividade principal consiste em manter participações societárias em outras empresas, as quais encontram-se organizadas de acordo com as seguintes linhas de negócios:

1) Atacado:

O segmento "atacado" é composto das atividades realizadas pelas entidades legais: Banco Alfa de Investimento S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e BRI Participações Ltda.

A área de atacado possui alguns produtos e serviços que são comuns ao seu segmento de atuação. No entanto, se necessário, determinados produtos ou serviços são estruturados de forma a atender a demandas específicas de clientes.

Os produtos e serviços são distribuídos através das suas diretorias, mesas de operações e filiais instaladas nos maiores centros urbanos do país.

Esta linha de negócios encontra-se entre as primeiras quando comparada à dos bancos de médio porte que atuam no mesmo mercado.

A competição no mercado de atuação vem aumentando gradativamente, principalmente após a crise financeira mundial vivida a partir de 2008. Entretanto a baixa alavancagem desta linha de negócios, associada ao seu bom rating, lhe permite captar recursos a taxas ligeiramente menores do que as de alguns concorrentes.

Aliado a isso, o nome Alfa tornou-se ao longo dos anos sinônimo de segurança e solidez junto à comunidade financeira nacional. Esses são fatores importantes que investidores e tomadores de recursos levam em conta para a manutenção do seu relacionamento comercial, ou quando pretendem iniciar um relacionamento comercial com uma instituição financeira.

Não há sazonalidades nos produtos e serviços oferecidos. Entretanto, por tratar-se de atividade regulamentada pelo Banco Central do Brasil, os produtos e serviços oferecidos podem sofrer os efeitos das normas editadas por aquela autoridade monetária.

2) Varejo:

O segmento "varejo" é composto das atividades realizadas pela entidade legal: Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I e Banco Alfa S.A.

O setor bancário brasileiro caracteriza-se pela predominância e concentração em grandes grupos financeiros organizados sob forma de bancos múltiplos, atendendo, sob uma única bandeira, as operações de investimento, credito imobiliário, financiamento ao consumidor, financiamento a empresas etc., atuando em todo território nacional. Neste setor é muito forte a presença de grupos nacionais, tanto da iniciativa privada como do setor publico, e recentemente já se sente uma importante presença do capital internacional. Estes grandes conglomerados financeiros caracterizam-se por extensas redes de agências. De outro lado, há uma boa gama de bancos menores que trabalham em nichos especializados funcionando como segundo ou terceiro banco dos clientes.

Em passado recente, os ganhos do setor foram baseados em floating, proporcionados pelas elevadas taxas de inflação, e no financiamento da dívida publica. Atualmente, com a estabilidade econômica e com taxas de inflação em patamares estáveis e controlados, o setor passou por rápidas transformações, intensificando-se o processo de automação bancária. Houve grandes investimentos em telecomunicações, sistemas on line, auto atendimento e home banking.

Os ganhos passaram a se originar da prestação de serviços (tarifas, gestão de carteiras, operações de fusões e aquisições, abertura de capital, etc.), da concessão de créditos, que subiu significativamente, e das operações de tesouraria.

O leasing caracteriza-se em uma operação na qual uma empresa, proprietária de um bem, cede este bem em locação a outrem por um prazo determinado, recebendo em troca um pagamento. Ao final deste contrato, o arrendatário pode devolver o bem, renovar o contrato ou optar pela compra do bem, mediante o pagamento de um valor residual previsto no contrato.

Desta forma, o leasing assemelha-se a uma locação, mas que se caracteriza fundamentalmente por oferecer ao arrendatário, ao termo final do contrato, a tríplice opção acima exposta, conjuntamente com vantagens tributárias, usufruíveis ao longo do contrato, pelas quais o arrendatário pode contabilizar os custos do arrendamento mercantil como despesas operacionais. Em síntese, é um contrato que permite o financiamento a médio e longo prazo de bens móveis e imóveis, sem que o arrendatário tenha que se descapitalizar.

O leasing constitui-se como excelente instrumento para fomentar a atividade econômica, pois viabiliza a ampliação da capacidade produtiva bem como a renovação do parque tecnológico.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os produtos e serviços são distribuídos através das suas diretorias, mesas de operações e filiais instaladas nos maiores centros urbanos do país.

Não há sazonalidades nos produtos e serviços oferecidos. Entretanto, por tratar-se de atividade regulamentada pelo Banco Central do Brasil, os produtos e serviços oferecidos podem sofrer os efeitos das normas editadas por aquela autoridade monetária.

3) Seguros:

O segmento "seguros" é composto das atividades realizadas pela entidade legal: Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.

A sede da Alfa Seguradora está localizada em São Paulo; há ainda filiais/escritórios de representação nas cidades de Cabo Frio, São José dos Campos, Porta Alegre, Ribeirão Preto, Campinas, Marília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Araraquara, Piracicaba, Juiz de Fora, vitória, Salvador, Goiânia, Curitiba, São José do Rio Preto, Pouso Alegre, Presidente Prudente, Divinópolis, Sorocaba, Volta Redonda, Maringá, Londrina, Ipatinga, Aracajú, Brasília, Uberlândia, Joinville, Cuiabá, Belém, Porto Alegre, Porto velho, Boa Vista, Natal, Teresina, Recife, Fortaleza, Campo Grande, Rio Branco, Palmas, Guarabira, Manaus e São Paulo.

A Seguradora atua basicamente através de aliança com Corretores de Seguros, com o que consegue operar com boa avaliação e melhores preços para os bons riscos e maior qualidade de serviços para seus segurados.

Principais Características

- A seguradora tem tido resultados positivos e estáveis, o que é um aspecto favorável nas suas previsões.
- A empresa tem boa imagem junto aos seus clientes e corretores.
- A empresa conta com equipe de funcionários competentes e experientes.
- Suas despesas estão equacionadas, seguindo o padrão médio de mercado.
- A empresa tem a solidez do Conglomerado Alfa, que lhe dá uma vantagem competitiva adicional.
- A Seguradora opera em nichos específicos de mercado, onde pode competir e se destacar em relação à concorrência.
- A Seguradora não é nem pretende se tornar generalista, operando em todas as modalidades de seguro.

Na atuação da área de seguros em 2017, em relação ao faturamento, a maior presença se refere ao Estado de São Paulo.

São Paulo	38%
Distrito Federal	12%
Minas Gerais	12%
Rio de Janeiro	9%
Paraná	9%
Demais Estados	20%

A estratégia da Alfa foi dividida em tópicos, como se observa a seguir:

Produtos:

Seguros para Pessoas - Alfa Residência, Alfa Car

Seguros para Empresas - Alfa Multiriscos, Alfa Vida, Alfa Massificados e Alfa Car (Alfa Car Frotas)

Previdência • Alfaprev PGBL/VGBL, Alfaprev VIP e Alfaprev para Crianças

De um modo geral, a busca por produtos eficientes (e de acordo com os melhores padrões de mercado) é uma preocupação da companhia.

Marketing

O Departamento de Marketing trabalha de acordo com as estratégias definidas pelas áreas de negócio e pelas diretorias. Também é responsável pela Comunicação Interna da Seguradora, tais como divulgação dos objetivos da empresa a todos os funcionários, além de comunicações gerais e de Produtos/Serviços, novas contratações de pessoas, novas filiais, procedimentos, etc. Em particular, é importante destacar a estratégia de marketing com relação aos corretores, o principal canal de distribuição da companhia: comunicação, marketing direto, relacionamento e campanha de incentivos.

Relacionamento com clientes

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Alfa Seguradora disponibiliza, por telefone ou pela Internet, aos Segurados e Corretores Canais de Atendimento para orientação, esclarecimento de dúvidas e solicitação de serviços. Tem investido nesta área em treinamentos e contratação de pessoas com conhecimento na matéria de seguros. Assim, tornando a oportunidade de crescimento desses profissionais dentro da empresa, com bons resultados para ambas as partes. As demandas recebidas pelos clientes, são tratadas primeiramente pelo SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente, e somente após esgotadas as possibilidades de acordo esses casos são encaminhados à Ouvidoria.

Analogamente, a Ouvidoria é um canal independente que poderá avaliar as questões apresentadas pelos clientes, com posicionamentos imparciais. Além de apresentar sugestões às áreas operacionais no intuito de aprimorar seus processos internos.

4) Serviços:

O segmento "serviços" é composto das atividades realizadas pela entidade legal Metro Tecnologia Informática Ltda.

A segmentação é baseada nas entidades legais que compõem o emissor e suas controladas e coligadas. Sua diretoria executiva revisa as informações, aloca recursos e avalia performance, conforme esta segmentação

Compreende as áreas de assessoria e consultoria em desenvolvimento de sistemas, contábil e fiscal, processamento de dados, entre outras.

Esta área desenvolve serviços somente para as empresas do Conglomerado Financeiro Alfa, portanto não atua para outras empresas no mercado nacional, nem no mercado estrangeiro.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

O Emissor não tem clientes.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

O emissor não depende de autorizações específicas, de órgãos governamentais, para o exercício de suas atividades.

O emissor é cadastrado na Comissão de Valores Mobiliário – CVM, desde 20.07.1977 (código CVM 470-7), como companhia aberta.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

O emissor tem conhecimento da legislação ambiental vigente, em especial, o disposto no art. 225 da Constituição Federal que classifica o meio ambiente como bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O emissor está ciente de que a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) cível; (ii) administrativa; e (iii) criminal; sendo certo que as três esferas de responsabilidade mencionadas são "diversas e independentes", com aplicação de três tipos diversos de sanções.

Vale ressaltar que a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Portanto, o emissor, preocupa-se em desenvolver sua atividade, respeitando as regras ambientais vigentes, uma vez que o seu descumprimento pode acarretar, inclusive, na responsabilidade penal dos seus diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários, se estes vierem a concorrer para a prática de crimes ambientais atribuídos ao emissor. Ademais, a legislação ambiental prevê, ainda, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da empresa, ou seja, atingir bens dos sócios e administradores quando se verificar a existência de infração ao estatuto social ou fraude na administração da empresa com o objetivo de impor obstáculos ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Não obstante a preocupação do emissor em cumprir rigorosamente as regras referentes à legislação ambiental vigente, não há uma política ambiental específica, tendo em vista que a atividade por ele exercida é administrativa, desenvolvida em escritórios, o que não gera impactos negativos ao meio ambiente. Assim, não há impacto direto relevante no meio-ambiente resultado da atividade exercida pelo emissor. Não há meios de se mensurar com precisão os custos para o cumprimento específico da regulação ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Não há efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor no que concerne à dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties, tendo em vista seu objeto social.

PÁGINA: 52 de 196

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

O emissor não obteve receitas provenientes do exterior nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

O emissor não tem atividades em países estrangeiros, não estando sujeito à regulação estrangeira.

7.8 - Políticas socioambientais

a. O Emissor integra o Conglomerado Alfa que não divulga informações sociais e ambientais, no entanto desenvolve e incentiva práticas socioambientais.

Na área cultural, o Conglomerado apoia e incentiva projetos voltados à dança, música e teatro infantil através do direcionamento de recursos da Lei Rouanet. O Conglomerado também apoia projetos sociais amparados no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei do Idoso, no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e no Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Na área esportiva, o Conglomerado patrocina a preparação de jovens em categorias de base do futebol.

Na área educacional, o Conglomerado também investe continuamente na capacitação e no treinamento de seus colaboradores através de subsídio de bolsas de estudo para programas de pós-graduação, MBA e outros cursos de curta duração. O Conglomerado também participa do Programa Jovem Aprendiz e de programas de inserção social mediante a contratação de pessoas com necessidades especiais.

Com relação ao impacto de suas próprias atividades, o Conglomerado readequou o seu consumo de água, mediante a colocação de dispositivos de parada automática de vazão nas torneiras, e de energia elétrica, com sensores de presença em ambientes cuja demanda por iluminação não é necessariamente constante.

O Conglomerado incentiva ainda o seu quadro de colaboradores a reutilizar os papéis de impressão antes do descarte e contrata empresa certificada para a retirada de papel descartado, para fins de reciclagem.

Na área da saúde, o Conglomerado estimula seus colaboradores a participarem de ginástica laboral, promove campanhas de vacinação e realiza palestras e cursos que envolvem ações de saúde e vida social. Também presta assistência a colaboradores mais necessitados e a seus familiares, por meio de doações e auxílio fornecidos pela Fundação Clemente Faria.

- b. O Conglomerado Alfa adota metodologia própria na elaboração dessas informações.
- c. Não há revisão ou auditoria por entidade independente em relação a essas informações.
- d. Quando da avaliação das linhas de crédito ou contratação de fornecedores, o Conglomerado Alfa considera a conformidade da atuação desses clientes e fornecedores em relação às práticas socioambientais. A descrição dessas diretrizes está disponível no seguinte endereço: http://www.alfanet.com.br/sobreoalfa/home/politicasinstitucionais.ashx

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve nos anos de 2017, 2016 e 2015 a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve nos anos de 2017, 2016 e 2015 alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve nos anos de 2017, 2016 e 2015 contratos relevantes celebrados pelo emissor e/ou suas controladas com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações relevantes relativas a este item com base nos anos de 2017, 2016 e 2015.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

O emissor não possui outros bens relevantes no ativo não circulante.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
O EMISSOR NÃO POSSUI ATIVOS IMOBILIZADOS RELEVANTES	Brasil	SP		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	O emissor não possui.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Franquias	O emissor não possui.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Contrato de transferência de tecnologia	O emissor não possui.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Nome de domínio na internet	O emissor não possui.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Patentes	O emissor não possui.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Marcas	O emissor não possui.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
Licenças	O emissor não possui.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65	138-4	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Financeira	17,660000
				Valor mercado	31/12/2017	88.441.298,98		
31/12/2017	1,897887	12,599967	1.010.036,78	Valor contábil	31/12/2017	250.288.142,99		
31/12/2016	7,081195	-18,566767	1.462.814,86					
31/12/2015	6,161207	11,636242	1.483.910,18					
Razões para aquisição	o e manutenção de tal particip	oação						
O Banco Alfa de Invest	mento S.A. desempenha papel	fundamental nas ativ	ridades do Conglomerado Financ	eiro Alfa, motivo p	elo qual mantive	emos participação nesta comp	panhia.	
Corumbal Participações e Administração Ltda.	02.809.488/0001-28	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Administração de bens próprios - holdings	57,180000
				Valor mercado				
31/12/2017	-0,108433	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	553.128.399,83		
31/12/2016	20,589748	0,000000	0,00	 				
				I				
31/12/2015	4,281873	0,000000	0,00					
	4,281873 o e manutenção de tal particip		0,00					
Razões para aquisição A Corumbal Participaçõ	o e manutenção de tal particip	pação			S.A. e Banco Al	fa S.A., que possuem atividad	des e operações importantes para o Conglomerado	o Financeiro Alfa, motivo
Razões para aquisição A Corumbal Participaçõ	o e manutenção de tal particip es e Administração Ltda. é uma	pação			S.A. e Banco Al	fa S.A., que possuem atividad São Paulo	des e operações importantes para o Conglomerado	o Financeiro Alfa, motivo 16,850000
Razões para aquisição A Corumbal Participaçã pelo qual mantivemos p Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento	o e manutenção de tal particip es e Administração Ltda. é uma articipação nesta companhia.	oação a holding controladora	a da Alfa Previdência e Vida S.A.	, Alfa Seguradora	SP			
Razões para aquisição A Corumbal Participaçã pelo qual mantivemos p Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento	o e manutenção de tal particip es e Administração Ltda. é uma articipação nesta companhia.	pação a holding controladora 389-1	a da Alfa Previdência e Vida S.A.	, Alfa Seguradora Brasil	SP 31/12/2017	São Paulo		
Razões para aquisição A Corumbal Participação pelo qual mantivemos p Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	o e manutenção de tal particip nes e Administração Ltda. é uma participação nesta companhia. 17.167.412/0001-13	pação a holding controladora 389-1	a da Alfa Previdência e Vida S.A. Coligada	, Alfa Seguradora Brasil Valor mercado	SP 31/12/2017	São Paulo 56.470.240,40		
Razões para aquisição A Corumbal Participaçã pelo qual mantivemos p Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos 31/12/2017	o e manutenção de tal particip les e Administração Ltda. é uma participação nesta companhia. 17.167.412/0001-13	-11,897975 39,744800	a da Alfa Previdência e Vida S.A. Coligada 0,00	, Alfa Seguradora Brasil Valor mercado	SP 31/12/2017	São Paulo 56.470.240,40		
Razões para aquisição A Corumbal Participaçã pelo qual mantivemos p Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos 31/12/2017 31/12/2016 31/12/2015	pe e manutenção de tal particip nes e Administração Ltda. é uma participação nesta companhia. 17.167.412/0001-13 4,751219 3,755819	nação a holding controladora 389-1 -11,897975 39,744800 -12,860208	a da Alfa Previdência e Vida S.A. Coligada 0,00 3.324,46	, Alfa Seguradora Brasil Valor mercado	SP 31/12/2017	São Paulo 56.470.240,40		
Razões para aquisição A Corumbal Participaçã pelo qual mantivemos p Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos 31/12/2017 31/12/2016 31/12/2015 Razões para aquisição	pe e manutenção de tal particip des e Administração Ltda. é uma participação nesta companhia. 17.167.412/0001-13 4,751219 3,755819 5,918715 de e manutenção de tal particip	-11,897975 39,744800 -12,860208	a da Alfa Previdência e Vida S.A. Coligada 0,00 3.324,46	, Alfa Seguradora Brasil Valor mercado Valor contábil	SP 31/12/2017 31/12/2017	São Paulo 56.470.240,40 143.624.495,17		
Razões para aquisição A Corumbal Participaçã pelo qual mantivemos p Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos 31/12/2017 31/12/2016 31/12/2015 Razões para aquisição	pe e manutenção de tal particip des e Administração Ltda. é uma participação nesta companhia. 17.167.412/0001-13 4,751219 3,755819 5,918715 de e manutenção de tal particip	-11,897975 39,744800 -12,860208	a da Alfa Previdência e Vida S.A. Coligada 0,00 3.324,46 3.130,74	, Alfa Seguradora Brasil Valor mercado Valor contábil	SP 31/12/2017 31/12/2017	São Paulo 56.470.240,40 143.624.495,17		
Razões para aquisição A Corumbal Participaçã pelo qual mantivemos p Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos 31/12/2017 31/12/2016 31/12/2015 Razões para aquisição A Financeira Alfa deser	pe e manutenção de tal particip des e Administração Ltda. é uma participação nesta companhia. 17.167.412/0001-13 4,751219 3,755819 5,918715 de e manutenção de tal particip inpenha papel fundamental nas	-11,897975 39,744800 -12,860208	a da Alfa Previdência e Vida S.A. Coligada 0,00 3.324,46 3.130,74 merado Financeiro Alfa, motivo p	, Alfa Seguradora Brasil Valor mercado Valor contábil	SP 31/12/2017 31/12/2017 mos participação SP	São Paulo 56.470.240,40 143.624.495,17	Financeira Prestação de serviços em processamento	16,850000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede UF	F sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Da	ata	Valor (Reais)		
31/12/2016	-13,683939	0,000000	0,00					
31/12/2015	43,128311	0,000000	0,00	1 1 1				
Razões para aquisição	e manutenção de tal partici	pação						
,			o de dados para todo o Conglomo	erado Financeiro Alfa,	a, motivo pelo qu	al mantivemos participaçã	o nesta companhia.	
,			o de dados para todo o Conglomo	erado Financeiro Alfa, Brasil SF		al mantivemos participaçã São Paulo	o nesta companhia. Serviços em análise e programação	51,080000
A Metro Dados Ltda. pre	esta serviços importantes na á							51,080000
A Metro Dados Ltda. pre	esta serviços importantes na á	rea de processamento	Controlada	Brasil SF	P			51,080000
A Metro Dados Ltda. pre Metro Tecnologia Informatica Ltda.	esta serviços importantes na á 46.568.226/0001-94	ea de processamento	Controlada 0,00	Brasil SF	P	São Paulo		51,080000

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Metro Tecnologia Informática Ltda. presta serviços importantes na área de tecnologia para todo o Conglomerado Financeiro Alfa, motivo pelo qual mantivemos participação nesta companhia.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Por tratar-se de empresa exclusivamente detentora de participações societárias (holding), suas condições financeiras e patrimoniais refletem basicamente o desempenho de suas controladas e coligadas, que atuam em diversos ramos de atividades, principalmente no segmento financeiro.

O grupo de investimentos, que contempla as participações societárias mantidas pela Sociedade em controladas e coligadas, representa o seu principal ativo. Em 31.12.2017, este item apresentou saldo de R\$1.041.579 mil (R\$1.021.671 em 2016). Em comparação ao saldo de 31.12.2016, houve um crescimento de 1,95%.

Os outros ativos compreendem principalmente aplicações financeiras, impostos a recuperar e juros sobre capital próprio a receber.

As fontes de recursos da Sociedade são provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras e do recebimento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos pelas empresas de que participa como acionista ou cotista.

As obrigações trabalhistas, os dividendos estatutários e os juros sobre o capital próprio a pagar representam os principais compromissos financeiros da Sociedade.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Sociedade era de R\$387.423 mil e estava representado por 73.646.388 ações escriturais sem valor nominal, sendo (i) 40.394.932 ações ordinárias, com direito a voto; e (ii) 164.936 ações preferenciais classe "A"; 2.330.271 ações preferenciais classe "B"; 219.863 ações preferenciais classe "C"; 2.059.517 ações preferenciais classe "D"; 6.759.345 ações preferenciais classe "E" e 21.717.524 ações preferenciais classe "F", todas sem direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Sociedade era de R\$ 364.100 mil e estava representado por 73.646.388 ações escriturais sem valor nominal, sendo (i) 40.394.932 ações ordinárias, com direito a voto; e (ii) 164.936 ações preferenciais classe "A"; 2.330.271 ações preferenciais classe "B"; 219.863 ações preferenciais classe "C"; 2.059.517 ações preferenciais classe "D"; 6.759.345 ações preferenciais classe "E" e 21.717.524 ações preferenciais classe "F", todas sem direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Sociedade era de R\$ 339.058 mil e estava representado por 73.646.388 ações escriturais sem valor nominal, sendo (i) 40.394.932 ações ordinárias, com direito a voto; e (ii) 164.936 ações preferenciais classe "A"; 2.330.271 ações preferenciais classe "B"; 219.863 ações preferenciais classe "C"; 2.059.517 ações preferenciais classe "D"; 6.759.345 ações preferenciais classe "E" e 21.717.524 ações preferenciais classe "F", todas sem direito a voto.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Estrutura de Capital: Próprio e de Terceiros

Sociedade						R\$ mil
	31.12.2017	% em relação	31.12.2016	% em relação	31.12.2015	% em relação
		ao capital total		ao capital total		ao capital total
Patrimônio Líquido	1.090.754	99,52%	1.044.205	99,52%	999.692	99,43%
Capital de Terceiros	5.214	0,48%	5.007	0,48%	5740	0,57%
Capital Total	1.095.968	100,00%	1.049.212	100,00%	1.005.432	100,00%

Capital Total	3.141.175	100,00%	3.247.532	100,00%	3.035.357	100,00%
Capital de Terceiros	2.050.421	65,28%	2.203.327	67,85%	2.035.665	67,07%
Patrimônio Líquido	1.090.754	34,72%	1.044.205	32,15%	999.692	32,93%
		ao capital total		ao capital total		ao capital total
	31.12.2017	% em relação	31.12.2016	% em relação	31.12.2015	% em relação
Consolidado						R\$ mil

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Sociedade, além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Sociedade não contrai empréstimos ou financiamentos, cabendo-lhe administrar seu caixa com recursos próprios. Tais recursos são suficientes para suprir suas necessidades decorrentes de seus compromissos financeiros assumidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A Sociedade não utilizou financiamentos de terceiros para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, sendo a fonte usada exclusivamente de capital próprio.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Sociedade não pretende utilizar financiamentos de terceiros para cobertura de deficiências de liquidez, seja para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes, usando para tanto exclusivamente capital próprio.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

As dívidas da Sociedade através de suas controladas e coligadas do ramo financeiro são as seguintes: Captação de Depósitos a Prazo e Interfinanceiros, Operações Compromissadas, Repasses do BNDES e de Instituições Financeiras.

i. Maiores Fontes de Financiamento – R\$ mil

	2017	2016	2015
Dep. à Vista, a Prazo, Interfinanceiros e Obrigações por	249.046	512.332	476.579
Venda de Ativos Financeiros			

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Assim como as instituições financeiras se utilizam de depósitos a prazo com clientes, também se financiam entre si através de Depósitos Interfinanceiros (DI). Neste caso, nossas controladas e coligadas do ramo financeiro possuem diversas linhas de longo prazo com outras instituições financeiras de primeira linha.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

A Sociedade não utilizou financiamentos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Não há alterações significativas nas demonstrações financeiras individuais.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i - Descrição de componentes importantes da receita

Por ser detentora de participações societárias (holding), todo o resultado relevante da Sociedade é proveniente de equivalência patrimonial.

2017

A Sociedade apurou lucro líquido de R\$ 51.187 mil no exercício, o que lhe proporcionou um retorno sobre o Patrimônio Líquido inicial de 4,90% e um retorno sobre o ativo inicial de 4,88%. O principal fator responsável por este lucro foi o resultado de equivalência patrimonial.

As empresas com maior participação na receita de equivalência patrimonial em 2017 foram a Corumbal Participações e Administração Ltda. (R\$ 26.340 mil), a Metro Tecnologia Informática Ltda. (R\$ 8.233 mil), a Financeira Alfa S.A. – CFI (R\$ 7.051 mil), o Banco Alfa de Investimento S.A. (R\$ 6.230 mil), e a Metro Dados Ltda. (R\$ 5.813 mil), perfazendo um total de 94,92% da receita bruta operacional.

2016

A Sociedade apurou lucro líquido de R\$ 61.175 mil no exercício, o que lhe proporcionou um retorno sobre o Patrimônio Líquido inicial de 6,12% e um retorno sobre o ativo inicial de 6,08%. O principal fator responsável por este lucro foi o resultado de equivalência patrimonial.

As empresas com maior participação na receita de equivalência patrimonial em 2016 foram a Corumbal Participações e Administração Ltda. (R\$ 29.712 mil), o Banco Alfa de Investimento S.A. (R\$ 13.809 mil), a Metro Tecnologia Informática Ltda. (R\$ 10.242 mil), a Financeira Alfa S.A. – CFI (R\$ 5.220 mil), e a Metro Dados Ltda. (R\$ 2.795 mil), perfazendo um total de 95,16% da receita bruta operacional.

2015

A Sociedade apurou lucro líquido de R\$ 64.225 mil no exercício, o que lhe proporcionou um retorno sobre o Patrimônio Líquido inicial de 7,05% e um retorno sobre o ativo inicial de 7,02%. O principal fator responsável por este lucro foi o resultado de equivalência patrimonial.

As empresas com maior participação na receita de equivalência patrimonial em 2015 foram a Corumbal Participações e Administração Ltda. (R\$ 34.213 mil), o Banco Alfa de Investimento S.A. (R\$ 15.904 mil), a Financeira Alfa S.A. – CFI (R\$ 8.708 mil), a Metro Tecnologia Informática Ltda. (R\$ 4.137 mil), e a Metro Dados Ltda. (R\$ 151 mil), perfazendo um total de 91,32% da receita bruta operacional.

ii - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2017, os fatores que afetaram materialmente o resultado da Sociedade foram provenientes de suas coligadas e controladas. Banco Alfa de Investimento, Corumbal Participações e Administração Ltda. e Metro Tecnologia Ltda. que apresentaram, respectivamente, um resultado menor em 55%, 11% e 20%. Por outro lado, Financeira Alfa S.A. – C.F.I. e Metro Dados Ltda., apresentaram, respectivamente, um resultado maior em 35% e 108%.

Na coligada Banco Alfa de Investimento S.A. e suas controladas, a principal variação está relacionada à adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") para algumas de suas ações tributárias. Embora a adesão ao referido programa tenha proporcionado benefícios econômicos pela significativa redução de juros e isenção de multas, os pagamentos realizados em razão dessa adesão fizeram com que o resultado operacional dessa investida ficasse menor.

Na controlada Corumbal Participações e Administração Ltda., a redução do resultado decorre substancialmente do decréscimo do resultado de equivalência patrimonial de suas controladas e coligadas.

Na controlada Metro Tecnologia Ltda., a principal causa da redução em seu resultado refere-se a menor receita gerada com aplicações financeiras, devido à sua cisão parcial com versão de parcela de seu patrimônio - composta por aplicações financeiras - para a Corumbal Participações e Administração Ltda., no valor contábil de R\$ 128.252, conforme informado no item abaixo 10.3 c) iii).

Na coligada Financeira Alfa S.A. C.F.I. seu resultado operacional aumentou, tendo destaque a receita com comissões, que apresentou um aumento de R\$7 milhões em 2016 para R\$13 milhões em 2017. Por outro lado, o aumento nas despesas operacionais é decorrente da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") para algumas de suas ações tributárias. Embora a adesão ao

10.2 - Resultado operacional e financeiro

referido programa tenha proporcionado benefícios econômicos pela significativa redução de juros e isenção de multas, os pagamentos realizados em razão dessa adesão aumentaram o volume das despesas operacionais em 2017.

Na controlada Metro Dados Ltda. seu resultado melhorou principalmente devido à reversão de parte de suas provisões trabalhistas, que deixaram de ser necessárias após revisão das ações em curso pelo Departamento Jurídico.

2016

Em 2016, os fatores que afetaram materialmente o resultado da Sociedade foram provenientes de suas coligadas e controladas. A Financeira Alfa S.A. C.F.I e a Corumbal Participações e Administração Ltda., apresentaram, respectivamente, um resultado menor em 14,56% e 12,96%. Por outro lado, Banco Alfa de Investimento, Metro Tecnologia Informática Ltda. e Metro Dados Ltda., apresentaram, respectivamente, um resultado maior em 7,95%, 148% e 17,50%.

As principais variações da coligada Financeira Alfa S.A. C.F.I. estão relacionadas: i) aumento na margem financeira, líquida do resultado com instrumentos financeiros em R\$15 mil (5,4%); ii) aumento na provisão com crédito de liquidação duvidosa em R\$9 mil (54,3%); e, iii) aumento na linha de outras despesas administrativas, basicamente por contingência trabalhistas e cíveis em R\$12 mil (57,7%).

Para a controlada Corumbal Participações e Administração Ltda., a redução decorre substancialmente do decréscimo do resultado de equivalência patrimonial de suas controladas e coligadas.

Para a coligada Banco Alfa de Investimento S.A., o aumento é basicamente decorrente do aumento na margem financeira, líquida do resultado com instrumentos financeiros em R\$17 mil (19,1%).

As controladas Metro Tecnologia Informática Ltda. e Metro Dados Ltda., apresentaram aumento no resultado em 2016 quando comparado com 2015, decorrente substancialmente do recebimento de dividendos de investida no exterior.

2015

Em 2015, o fator que afetou materialmente o resultado da Sociedade foi proveniente de suas coligadas Financeira Alfa S.A. C.F.I. e Banco Alfa de Investimento S.A., as quais apresentaram resultado maior, respectivamente, de 78,4% e 32,9% em relação a 2014.

Para a coligada Financeira Alfa S.A. C.F.I., a variação decorre basicamente do melhor desempenho do resultado das intermediações financeiras, além de redução de suas despesas operacionais, como consequência do plano de austeridade empenhado pela Administração.

Para a coligada Banco Alfa de Investimento S.A., a variação decorre basicamente do aumento do seu resultado das intermediações financeiras e receita de serviços, além de redução de suas despesas operacionais, como consequência do plano de austeridade empenhado pela Administração.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Por ser detentora de participações societárias (holding), todo o resultado relevante da Sociedade é proveniente de equivalência patrimonial, que é reflexo do resultado de suas investidas, não apresentando assim variações significativas em outras contas de resultado.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Por ser detentora de participações societárias (holding), todo o resultado relevante da Sociedade é proveniente de equivalência patrimonial, que é reflexo do resultado de suas investidas, não apresentando assim variações significativas em outras contas de resultado.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

A Sociedade não introduziu nem alienou segmento operacional nos anos de 2017, 2016 e 2015.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Os principais fatos que causaram efeitos dignos de nota nas demonstrações financeiras da Sociedade foram:

i) Aumentos em participações da controlada Corumbal Participações e Administração Ltda. em suas investidas, mediante aquisições de ações de terceiros, conforme demonstrados abaixo:

Investidas	2015	2016	2017
Banco Alfa de Investimento S.A.	0,107	0,431	-
Financeira Alfa S.A. – CFI	1	-	-

Esses percentuais representaram:

a) acréscimos de ajuste na equivalência patrimonial da Corumbal Participações e Administração Ltda. nos valores de:

			R\$ mil
Investidas	2015	2016	2017
Banco Alfa de Investimento S.A.	1.397	6.024	-
Financeira Alfa S.A. – CFI	-	-	-

b) reflexos positivos no resultado da Sociedade nos valores de:

			R\$ mil
Investidas	2015	2016	2017
Banco Alfa de Investimento S.A.	812	3.444	-
Financeira Alfa S.A. – CFI	-	-	-
Total	812	3.444	-

c) Eventos ou operações não usuais.

- i) Em 29 de dezembro de 2017 a controlada Metro Tecnologia Informática Ltda. (Metro Tecnologia) incorporou a controlada Metro Dados Ltda. (Metro Dados), que foi extinta, a fim de simplificar suas estruturas e diminuir custos, com fusão de áreas e atividades redundantes e redução de procedimentos de natureza contábil e administrativa. Nessa operação, a Metro Tecnologia absorveu integralmente o patrimônio da Metro Dados, no valor de R\$ 91.974, conforme avaliação realizada por empresa especializada.
- ii) Em 07 de março de 2017, após análise da situação de caixa e do capital social da controlada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$55.000. A redução se efetivou em 06 de novembro de 2017, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$31.446, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.
- iii) Em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de simplificar suas estruturas, com fusão de áreas e atividades redundantes e redução de procedimentos de natureza contábil e administrativa, as controladas Metro Tecnologia Informática Ltda. (Metro Tecnologia) e Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal) iniciaram uma reestruturação, que será efetuada em etapas. O passo preliminar dessa reestruturação foi a cisão parcial da Metro Tecnologia, seguida de versão de parcela de seu patrimônio, composta por aplicações financeiras, para a Corumbal, no valor contábil de R\$ 128.252, conforme avaliação realizada por empresa especializada.
- iv) Em 09 de agosto de 2016, após análise da situação de caixa e do capital social da controlada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$8.000. A redução se efetivou em 11 de novembro de 2016, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$4.649, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

v) Em 12 de fevereiro de 2015, após análise da situação de caixa e do capital social da controlada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$27.000 mil. A redução se efetivou em 10 de junho de 2015, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$ 15.694, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2017, 2016 e 2015.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2017, 2016 e 2015.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

O parecer dos Auditores Independentes foi emitido sem qualquer ressalva para os anos de 2017, 2016 e 2015.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Sociedade, sendo detentora de participações societárias (holding), não possui políticas contábeis críticas que exijam julgamentos subjetivos ou complexos.

Apresentamos abaixo os principais itens que compõem nossas Demonstrações Financeiras e a forma de apuração dos valores.

Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são incluídas no resultado do período em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento.

O resultado de equivalência patrimonial é apurado pelo percentual de participação que a Sociedade detém sobre suas controladas e coligadas, e é determinado a partir do resultado entregue por estas.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras que são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das correspondentes bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: Imposto de Renda - 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável, Contribuição Social - 9%, sobre o lucro tributável, PIS - 1,65% sobre a receita bruta e COFINS - 7,65% sobre a receita bruta.

A Sociedade deixou de constituir em 2017 Créditos Tributários de Imposto de Renda no valor de R\$ 2.607 mil (em 2016 R\$ 2.457 mil; em 2015 R\$ 1.954 mil) e de Contribuição Social no valor de R\$ 1.744 mil (em 2016 R\$ 1.691 mil; em 2015 R\$ 2.029 mil).

Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais e são consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sociedade. Outros investimentos são compostos basicamente por incentivos fiscais registrados pelo valor de custo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, pelas seguintes taxas anuais: (i) veículos, sistema de comunicação e processamento de dados - 20%; e (ii) demais itens - 10%.

Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos incorridos (em base "pro rata" dia).

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Emissor referente ao ano de 2017.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Emissor.

10.8 - Plano de Negócios

O Emissor não possui plano de negócios tento em vista que, por se tratar de holding, seu resultado depende do desempenho de suas investidas.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores com influência relevante para o Emissor.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

O Emissor não divulgou projeções e premissas para os exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Conforme tópico 11.1 o emissor não divulga projeções, portanto nada tem a informar neste tópico.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Estrutura Administrativa

São órgãos de Administração do emissor:

- a) o Conselho de Administração;
- b) a Diretoria.

a) Atribuições de cada órgão

i) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto de 3 (três) membros, e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis, a qualquer tempo. Um dos membros será designado, no mesmo conclave, como Presidente desse órgão; e quando for o caso, em tais eleições será obedecido o disposto nos parágrafos 4º a 8º do artigo 141 da Lei de Sociedades por Ações, com as alterações e acréscimos introduzidos pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001.

Cabe ao Presidente do Conselho de Administração:

- Representar o Conselho de Administração perante terceiros;
- Convocar as Assembleias Gerais;
- Instalar e presidir as Assembleias Gerais;
- Sugerir ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios sociais a ser transmitida à Diretoria
- Fornecer ao Conselho de Administração os elementos, dados e informações úteis à prática dos atos de sua competência, inclusive aqueles sob a gestão da Diretoria.

O Presidente do Conselho de Administração tem a faculdade de designar um dos membros deste órgão para representar o Conselho de Administração perante terceiros, bem como para convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais.

ii) Comitê de auditoria:

O emissor não possui comitê de auditoria.

iii) O Emissor não possui uma política formalizada de contratação de serviço de extra auditoria.

b) Diretoria

O Emissor é administrado por uma Diretoria constituída de 3 (três) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração.

Cabe ao Diretor Presidente designar o seu substituto ou o de qualquer outro Diretor, nos casos de ausências ou impedimento, eventual ou temporário. Não o fazendo caberá à Diretoria tal designação.

- no caso de não designação do Diretor substituto, ou em caso de vacância de cargo de Diretoria, caberá ao Conselho de Administração definir a substituição;
- considerar-se-á também vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze)dias consecutivos;
- as substituições previstas acima ocorrerão em estrita consonância com o instrumento que as formalizar o qual poderá
 prever a acumulação do direito de voto inclusive o de qualidade, quando houver empate nas deliberações da diretoria,
 e que fixará os honorários e demais vantagens do substituto.

Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

Diretor Presidente:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e
 prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas
 hipóteses;;
- instalar e presidir as Assembleias Gerais dos acionistas, se ausente o Presidente do Conselho de Administração e se não houver a designação;
- presidir as reuniões da Diretoria, cabendo a ele o voto de qualidade quando houver empate nas deliberações;
- dirigir e coordenar todos os negócios e operações da sociedade realizados tanto pela Diretoria quanto pelas áreas comerciais, operacionais e administrativas;
- atribuir atividade ou função específica a qualquer dos membros da Diretoria;
- estabelecer as diretrizes sobre a administração de Recursos Humanos da sociedade, inclusive sobre nomeação, demissão, promoção, contratação, suspensão e licenciamento de funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos.

Diretores:

- dirigir a Sociedade de forma diligente, em consonância com a legislação aplicável e o presente estatuto;
- estabelecer as normas de condução dos negócios sociais, conforme a orientação do Conselho de Administração;
- elaborar e apresentar o relatório da administração e as demonstrações contábeis/ financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se em funcionamento;
- transigir, desistir, renunciar a direitos e firmar compromissos, no âmbito do art. 851 do Código Civil, em atividades correntes da sociedade;
- cumprir e fazer cumprir o estatuto social, assim como as resoluções das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração;
- observar as diretrizes sobre a administração de Recursos Humanos da sociedade, inclusive sobre nomeação, demissão, promoção, contratação, suspensão e licenciamento de funcionários, em geral;
- acompanhar a situação e o desempenho dos investimentos, os dividendos recebidos e pagos e manter o relacionamento com os seus acionistas e das empresas investidas;
- acompanhar a observância das empresas investidas às regras estabelecidas pelas autoridades competentes, especialmente pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

c) Data de Instalação do Conselho Fiscal

Assembleia Geral Ordinária de 19.04.2018

d) Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente a mecanismos de avaliação de desempenho de seus órgãos.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

No mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia.

b. competências

Presidente do Conselho de Administração, ou nos casos legais.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Alameda Santos, 466 – 4º andar, Cerqueira César, São Paulo – SP, CEP 01418-000

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos da lei, é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Ainda que observado o disposto acima, o administrador somente pode contratar com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros. Caso contrário o negócio é anulável, e o administrador interessado será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que dele tiver auferido.

Adicionalmente, o emissor preparou e impõe a seus funcionários, administradores e demais colaboradores a observância de um Código de Ética e Conduta, pelo qual são terminantemente vedados o uso de informação privilegiada, o favorecimento pessoal, a promoção ou efetivação de negócios do emissor com pessoa ou empresa de que seja sócio, ou que tenha em seu corpo diretivo parentes de até 3º grau, assim como a contratação de prestadores de serviços ou fornecedores com características similares e o recebimento de remuneração ou benefício de qualquer natureza, eventual ou não, de terceiros que transacionem com as instituições de seu Conglomerado.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Nos termos do Estatuto Social, para participar da Assembleia Geral é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e, quando o acionista se fizer representar por mandatário, é necessário o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida, e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante.

O emissor não admite procurações eletrônicas outorgadas por meio de sistema na rede mundial de computadores, nos termos do Artigo 29 da Instrução CVM n° 481/2009.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização:

O Boletim de Voto: o boletim, disponível no site da Sociedade (www.alfanet.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc), deverá ser devidamente impresso e preenchido, atendendo as seguintes formalidades:

- (a) Todas as folhas devem ser rubricadas;
- (b) A assinatura deverá constar do campo apropriado, sendo necessário reconhecimento de firma;
- (c) Os documentos constantes da tabela abaixo, conforme apropriado, deverão acompanhar o Boletim; e
- (d) O Boletim preenchido, rubricado, assinado e com firma reconhecida, bem como os documentos constantes da tabela abaixo, deverão ser entregues pelo acionista pessoalmente, das 09h00min. às 18h00min. (horário de Brasília), ou enviados via correio, em ambos os casos, em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia na sede da Sociedade.

Documentos a serem apresentados à Sociedade, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal* (cópia autenticada)	X	X	X
Contrato ou Estatuto Social consolidado e atualizado** (cópia autenticada)	-	X	X

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Documento que comprove os poderes de representação**	-	X	X
(cópia autenticada)			
Regulamento consolidado e atualizado do Fundo (cópia	-	-	X
autenticada)			

^{*} Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

Não há necessidade de notarização e consularização dos documentos.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância: A Sociedade não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância:

- a) Os acionistas que representem os percentuais mínimos de participação societária estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481/09 poderão solicitar a inclusão no boletim de voto a distância, respectivamente, de (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal; e/ ou (ii) deliberações a serem submetidas para as assembleias gerais ordinárias da Sociedade (conjuntamente (i) e (ii) "Propostas"), observados o artigo 21.
- b) As Propostas devem ser enviadas, via correio, observados os prazos previstos no artigo 21-L da Instrução CVM 481/09, para:
 - Marco Aurélio Neto Arnes
 - Diretor de Relações com Investidores
 - Alameda Santos, n° 466, 10 andar.
 - Cerqueira Cesar São Paulo (SP)
 - CEP 01418 000
- c) Nos termos do item "a" acima, os acionistas que pretendam indicar candidatos para compor o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal deverão apresentar os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento Anexo II à Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.122/12 e na Instrução CVM 367/02.
- d) A Companhia informará o acionista, em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da solicitação de inclusão de Proposta, mediante envio de e-mail para o endereço eletrônico do acionista indicado na Proposta enviada (artigo 21-N da Instrução CVM 481/09):
 - I se a inclusão cumpre o disposto no artigo 21-N da Instrução CVM 481/09 e se a proposta ou os candidatos constarão do boletim de voto a distância a ser divulgado pela Sociedade; ou
 - II os motivos pelos quais sua solicitação não cumpre o disposto na legislação, indicando os documentos faltantes e/ou as alterações necessárias à sua retificação.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

A Sociedade não disponibiliza fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

$k. \ Outras \ informações \ necess\'arias \ \grave{a} \ participaç\~ao \ a \ distância \ e \ ao \ exerc\'acio \ do \ direito \ de \ voto \ a \ distância:$

Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

^{**}Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto do fundo.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- a) No exercício de 2017 ocorreram 4 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária, totalizando 5 reuniões.
- b) Não existem acordos de acionistas, e nem qualquer outro acordo que estabeleça restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.
- c) As regras de identificação e administração de conflitos de interesses são definidas no Código de Ética e Conduta, cuja aplicação é verificada pela Auditoria Interna.
- d) O Emissor não possui uma política formalmente aprovada de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não existe cláusula compromissória inserida no estatuto do emissor para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
MARCO AURELIO NETO ARNES	18/03/1973	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	7
129.145.968-55	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/04/2018	Não	0.00%
Rubens Garcia Nunes	03/10/1923	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	21
001.140.066-87	Banqueiro	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	20/04/2018	Não	0.00%
Fernando Pinto de Moura	07/09/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020	11
039.593.927-53	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/04/2017	Não	0.00%
Humberto Mourão de Carvalho	15/06/1939	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020	11
000.233.616-20	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/04/2017	Sim	0.00%
José Aloysio Borges	28/05/1930	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020	3
006.810.598-34	Banqueiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/04/2017	Sim	100.00%
Luiz Alves Paes de Barros	22/09/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020	4
272.014.578-53	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/04/2017	Não	100.00%
Waldyr de Campos Andrade	29/04/1931	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020	3
000.394.706-87	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/04/2017	Sim	0.00%
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	25/12/1943	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	5

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
128.798.437-15	Engenheiro	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	20/04/2018	Sim	100.00%
Antonio Celso Amaral Sales	07/02/1952	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019.	1
694.546.558-68	Advogado	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	20/04/2018	Não	0.00%
Ailton Carlos Canette	10/07/1949	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	5
287.580.728-53	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	20/04/2018	Sim	0.00%
Eduardo de Azevedo Alvarenga	09/04/1951	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	5
839.980.478-91	Empresário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	20/04/2018	Sim	0.00%
Luiz Gonzaga Ramos Schubert	12/04/1937	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	16
080.501.128-53	Advogado	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	20/04/2018	Não	0.00%
Luiz Henrique Coelho da Rocha	06/09/1936	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	9
003.233.657-87	Engenheiro Cívil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	20/04/2018	Sim	100.00%
Rogério Rey Betti	06/01/1942	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	9
064.292.388-49	Consultor	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	20/04/2018	Sim	100.00%
Rubens Barletta	10/08/1946	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	1
397.909.328-04	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	20/04/2018	Não	0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Wilson Roberto Bodani Fellin	05/01/1946	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	1
				AGO de 2019	

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

MARCO AURELIO NETO ARNES - 129.145.968-55

Iniciou sua carreira em julho de 1989 no Banco Real S.A.. até setembro de 1996 como Gerente Administrativo. De setembro de 1996 até abril de 2000 atuou como Gerente Administrativo na Cia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários; De maio de 2000 até março de 2007 atuou como Gerente Operacional da Financeira Alfa S.A. - CFI, e atuou também como responsável pela área de cessão de créditos, bem como pela Gerência operacional de Câmbio. No período de abril de 2007 até fevereiro de 2011 atuou como Gerente Geral Operacional. A partir de março de 2011 ocupou o cargo de Gerente Geral Regional na Filial Florianópolis - SC. Em 02 de abril de 2012 tomou posse como Diretor do Consórcio Alfa de Administração S.A. e foi designado como Diretor de Relações com Investidores. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não houve. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não houve.

Rubens Garcia Nunes - 001.140.066-87

Na Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração exerce o cargo de Diretor Vice-Presidente, tendo como atribuições: dirigir os serviços que lhes forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; b) realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidas pela Diretoria; desincumbir se das atribuições que lhes forem cometidas, especificamente, pela Diretoria e pelo Diretor Presidente. - cargo e funções inerentes ao cargo: No Banco Alfa de Investimento S.A., e na Financeira Alfa S.A. - CFI, exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração e membro suplente do Conselho de Administração, respectivamente, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes; autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências em todo o país, ou no exterior; emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; autorizar a aquisição de ações de emissão do Banco, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; resolver os casos extraordinários; eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não houve. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercia

Fernando Pinto de Moura - 039.593.927-53

No Instituto Alfa de Cultura exerce o cargo de Diretor e têm como principais atribuições: selecionar os projetos culturais, dos quais o INSTITUTO venha a participar; levantar balanços e elaborar orçamentos; contratar e demitir funcionários, especificando as respectivas atribuições; representar o Instituto, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a eles facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses. No Banco Alfa de Investimento S.A. exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atois; manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes; autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências em todo o país, ou no exterior; emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; autorizar a aquisição de ações de emissão do Banco, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; resolver os casos extraordinários; Na Financeira Alfa S.A. – CFI e no Consórcio Alfa de Administração S.A. exerce o cargo de membro suplente do Conselho de Administração, sendo que na vacância do membro efetivo sua principal função será como descrito acima. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial

Humberto Mourão de Carvalho - 000.233.616-20

Humberto Mourão de Carvalho, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa de Investimento S.A.; (vi) Delta National Bank & Trust Co. of New York; e (vi) Delta National Bank & Trust Co. of Florida. - cargo e funções inerentes ao cargo: No Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. - CFI, no Delta National Bank & Trust Co. of New York e no Delta National Bank & Trust Co. of Florida exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes; autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências em todo o país, ou no exterior; emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; autorizar a aquisição de ações de emissão do Banco, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; resolver os casos extraordinários; eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria. No Consórcio Alfa de Administração S.A. e na Alfa Holdings S.A. exerce o cargo de membro suplente do Conselho de Administração, sendo que no caso de vacância do membro efetivo, sua principal função será participar das deliberações de competência do Conselho, sendo estas: (i) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade, (ii) eleger e destituir os Diretores; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo, os livros e papéis do Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) escolher e destituir os auditores independentes; (vi) e

José Aloysio Borges - 006.810.598-34

No Consórcio Alfa de Administração S.A. exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração com as seguintes atribuições: participar das deliberações de competência do Conselho, sendo estas: (i) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (ii) eleger e destituir os Diretores; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebração; e quaisquer outros atos; (iv) manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) escolher e destituir os auditores independentes; (vi) emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; (vii) deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; (viii) autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; (ix) resolver os casos extraordinários. No Banco Alfa de Investimento S.A. e na Alfa Holdings S.A. exerce o cargo de membro suplente do Conselho de Administração, sendo que na vacância do membro efetivo suas atribuições estão elencadas acima. No Instituto Alfa de Cultura exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração tendo como atribuições o citado acima. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não sofreu.

Luiz Alves Paes de Barros - 272.014.578-53

Luiz Alves Paes de Barros - cargo e funções inerentes ao cargo: Membro Efetivo do Conselho de Administração No Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, na Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração S.A. exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes; autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências, filiais em todo o país, ou no exterior, emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; autorizar a aquisição de ações de emissão da Sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; resolver os casos extraordinários; eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria. Na Prin S.A. exerce o cargo de Presidente, tendo como atribuições administrar isoladamente. Na Semco Investimentos e Participações Ltda. exerce o cargo de Diretor. Na Bahema S.A. exerce o cargo de Conselheiro de Administração até março 2010, tendo como atribuições: além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social. Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações exerceu o cargo de Conselheiro de Administração Independente no período de junho/2005 até maio / 2009 b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administração CVM nº 24/05 – Condenado a pena de multa pecuniária no valor de R\$ 250.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de 30.10.2008. O Sr. Luiz Alves recorreu ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. A decisão foi mantida em julgamento realizado em 26.02.2013. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer — Não houve.

Waldyr de Campos Andrade - 000.394.706-87

Exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração da Alfa Holdings S.A. com as seguintes atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (ii) eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes; emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; resolver os casos extraordinários. Exerce o cargo de membro Suplente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI e Consórcio Alfa de Administração S.A., sendo que na vacância do membro efetivo suas principais atribuições estão elencadas acima. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu ii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não sofreu.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - 128.798.437-15

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro, nos últimos 5 anos, exerceu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa de Investimento S.A.; (ii) Financeira Alfa S.A. - CFI; (iii) Alfa Holdings S.A.; (iv) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (v) Alfa Arrendamento Mercantil S.A.; e (vi) Banco Alfa S.A. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Abril/2009 até o presente - Presidente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. - CFI, Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A. - 04/2005 marco/2009 - Exerceu cargo de membro efetivo do Conselho de Administração das seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A.; Financeira Alfa S.A. - CFI; Consórcio Alfa de Administração S.A. e Alfa Holdings S.A.. As suas principais funções são a) representar o Conselho de Administração perante terceiros; b) convocar as Assembléias Gerais; c) instalar e presidir as Assembléias Gerais; d) sugerir ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios sociais a ser transmitida à Diretoria; e) preparar o relatório da administração à Assembléia Geral; f) preparar todos os elementos necessários à prática dos atos de competência do Conselho de Administração; g) usar do voto de qualidade de no caso de empate nas deliberações do mesmo Conselho: h) manter o Conselho de Administração informado sobre a gestão dos Diretores, - 08/1999 a 02/2009 - Ocupou o cargo de Diretor Presidente do Banço Alfa S.A., sendo as suas principais atribuições: Estabelecer as normas de condução dos negócios sociais. Apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembléia Geral, Cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembléias Gerais e da Diretoria. Representar o Banco, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele. Presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações. Dirigir e superintender todos os negócios e operações do Banco. Nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral. fixando lhes os vencimentos. - 11/2008 a 02/2009 - Ocupou o cargo de Diretor Presidente do Banco Alfa de Investimento S.A., da Financeira Alfa S.A. e da Alfa Arrendamento Mercantil S.A., sendo as suas principais atribuições: Estabelecer as normas de condução dos negócios sociais a orientação do Conselho de Administração. Apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembléia Geral, depois de submetidos aos pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; Cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria: Representar o Banco, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele. Presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações; Dirigir e superintender todos os negócios e operações do Banco. Nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral, fixando lhes os vencimentos, - de abril/2008 até o presente - Ocupa o cargo de Diretor Presidente do Consórcio Alfa de Administração S.A. e da Alfa Holdings S.A., sendo que as principais atribuições são as elencadas no item acima. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial gualquer – Não sofreu.

Antonio Celso Amaral Sales - 694.546.558-68

Antonio Celso Amaral Sales, formação academica: Graduado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade São Paulo – USP, com especialização em direito empresarial. Especialização em direito empresarial - Pontifícia Universidade Católica – PUC.

Experiência profissional: 1973/1976 – Pinheiro Neto – Advogados : trainee/advogado; 1976/1980 – Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA : advogado; 1980/1987 – Viação Aérea São Paulo S.A. – VASP - Gerente Jurídico; Coordenador da Comissão Permanente de Licitação (3 anos) 1987/1990 – TAM – Transportes Aéreos Regionais S.A. : Assessor Jurídico da Presidência; membro do Conselho de Administração da coligada Brasil Central – Linhas Aéreas Regionais S.A. (companhia fechada); desde 1990 – Amaral Salles – Advogados (prestação de serviços para a TAM – Linhas Aéreas S.A. até 2006); - Salles, Franco de Campos e Bruschini – Advogados (consultor) - atual; 2001/2008 – Forest Ltda. – sócio fundador e administrador (incorporada por Geranium Ltda.) 2001/2010 – Geranium Ltda. – sócio fundador e administrador.

Para os devidos fins, informa que: i) não sofreu qualquer condenação criminal; ii) nçao sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ailton Carlos Canette - 287.580.728-53

Eleito em 04/2013 na Alfa Holdings S.A. (emissor) e no Consórcio Alfa de Administração S.A. e em 04/2010 eleito no Banco Alfa de Investimento S.A. , e da Financeira Alfa S.A. – CFI, como membro suplente do Conselho de Administração, sendo que, caso ocorra a vacância do membro efetivo, sua função será participar das deliberações de competência do Conselho, sendo estas: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, entre outras. Exerceu o cargo de Diretor de "Private Banking" do emissor até abril de 2010, tendo como atribuições: dirigir os serviços e/ou agências do Banco que lhe fossem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram Banco Alfa de Investimento S.A. e Financeira Alfa S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa. Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas Diretor - Banco Alfa de Investimento S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a práticade uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo de Azevedo Alvarenga - 839.980.478-91

Banco Real S/A - admitido em 01/09/1965 na Agência de Perdões (MG); Na Agência de Perdões (MG), passsou por todas as áreas. Transferido em 02/01/1970 para uma agência Urbana de Belo Horizonte, era o responsável pela contabilidade da Agência, que era a Matriz do ex-BMG. Transferido em 02/01/1975 para São Paulo, para assumir a Contabilidade Geral da Cia. Real de Crédito Imobiliário. Como Contador da CRCI, era o responsável pela consolidação de todos os números contábeis da Empresa, além da elaboração das peças de balanço. Transferido em 01/03/1979 para assumir a Contabilidade Geral da Cia. Real de Investimento. Prestava contas do seu trabalho ao Diretor da Empresa, Diretor Geral e Presidência. Em 1982, nessa mesma Empresa, foi efetivado como Gerente Geral Administrativo, aí ficando até 1985. Como Gerente Geral Administrativo, passou a ser o responsável por toda área operacional da Empresa. Em 1985, no mesmo cargo de Gerente Geral Administrativo, foi transferido para a Cia. Real de Crédito Imobiliário. Nada de diferente de quando era o Gerente Geral na CRI, só que agora em uma empresa com Lojas de Poupança e com mais 3 CRCIs espalhadas no Brasil (Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro). Durante a permanência na Empresa desenvolveu um projeto para centralizar as outras 3 em São Paulo. Foi um projeto complexo, até porque a idéia era centralizar todos os serviços e manter a empresas onde estavam. Em 1988, foi transferido para a área de RH do Banco, ocupando a posição de Gerente Geral, logo abaixo do Diretor. Como Gerente Geral de RH, respondia pelas áreas de Recrutamento, Seleção, Exterior, Folha de Pagamento, Pessoal Titulado, Planos Especiais. Em 1994, foi transferido para a área contábil do Banco Comercial, ficando como o Contador Geral de todo Conglomerado Financeiro do Banco Comercial e, posteriormente, do Banco ABN AMRO Real S/A. Em 31/05/2004, aposentou-se para assumir a posição de sócio em uma empresa familiar de educação infantil. OEN - Organização Educacional Nippaku Ltda. Ingressou ina Empresa em 01

Luiz Gonzaga Ramos Schubert - 080.501.128-53

Luiz Gonzaga Ramos Schubert, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Financeira Alfa S.A.; (ii) Alfa Holdings S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Banco Alfa de Investimento S.A.; (vi) Bardetta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados; e (vii) Advocacia Augusto Lima S/C - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerceu cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal da Banco Alfa de Investimento S.A. Exerce cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. - CFI, bem como de membro Suplente do Consórcio Alfa de Administração S.A., da Alfa Holdings S.A e da Suzano Papel e Celulose S.A. As suas principais atribuições como Conselheiro Fiscal são: (i) fiscalizar os atos dos administraçãos atos dos administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - Atua, desde junho de 2009, como sócio do escritório Barletta, Schubert e Luiz Sociedade

Luiz Henrique Coelho da Rocha - 003.233.657-87

Luiz Henrique Coelho da Rocha- nome da empresa: Luiz Henrique Coelho da Rocha, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Financeira Alfa S.A. - CFI; (ii) Alfa Holdings, S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Luque Engenharia Ltda.; e (v) SECONCI-SP - Servico Social da Construção Civil do Estado de São Paulo. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerce na Financeira Alfa S.A. - CFI e na Alfa Holdings S.A. o cargo de membro Suplente do Conselho Fiscal. No Consórcio Alfa de Administração S.A. ocupa o cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal. As principais atribuições de um membro Efetivo do Conselho Fiscal, bem como de um Suplente, na vacância do Efetivo, são as seguintes: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários: (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orcamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. 05/2006 até o presente - ocupa o cargo de Sócio Gerente da Luque Engenharia Ltda., prestando servicos de consultoria. - 04/2008 a 04/2010 - ocupou o cargo de membro Efetivo do Conselho de Administração da Alfa Holdings S.A., participou das deliberações de competência deste Conselho, sendo estas: (i) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (ii) eleger e destituir os Diretores; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores: examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração: e quaisquer outros atos: (iv) manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) escolher e destituir os auditores independentes; (vi) emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; (vii) deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; (viii) autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação: (ix) resolver os casos extraordinários, - 04/2002 a 04/2006 - ocupou o cargo de Superintendente Administrativo Financeiro da SECONCI-SP - Servico Social da Construção Civil do Estado de São Paulo, sendo responsável pela administração de pessoas, bem como pela área financeira. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não houve. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial gualquer – Não houve.

Rogério Rey Betti - 064.292.388-49

Rogério Rey Betti, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (ii) Banco Alfa S.A.; (iii) Banco Alfa de Investimento S.A.; (iv) Alfa Arrendamento Mercantil S.A.; (v) Alfa Corretora de Câmbios e Valores Mobiliários S.A.; e (vi) Financeira Alfa S.A. CFI. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerce cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal do Consorcio Alfa de Administração S.A., sendo as suas principais atribuições: (i) fiscalizar os atos dos administraces e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - 2004 a 03/2009 - Foi membro do Comitê de Auditoria do Banco Alfa S.A., do Banco Alfa de Investimento S.A., da Alfa Arrendamento Mercantil S.A., da Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliári

Rubens Barletta - 397.909.328-04

Rubens Barletta, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa de Investimento S.A.; (ii) Alfa Holdings S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Advocacia Augusto Lima S/C; e (vii) Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerceu cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. - CFI. Exerce cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A., da Alfa Holdings S.A. e da Suzgo: - Exerceu cargo de membro como de membro Suplente do Consórcio Alfa de Administração S.A. As suas principais atribuições como Conselheiro Fiscal são: (i) fiscalizar os atos dos administrações e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia; à assembleia geral o servos, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleia geral ordinária, se os órgãos da administrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - Atua, desde junho de 2009, como sócio do escrifório Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados, Escritório Especializado em Direito Privado, com ênfase, em Societário. - descrição

Wilson Roberto Bodani Fellin - 052.488.418-87

Wilson Roberto B. Fellin: Bacharel em Ciências Jurídicas, pela Faculdade Braz Cubas, atual Universidade Braz Cubas, em 1.972. Atua como advogado, em escritório próprio, inclusive para aqueles antigos empregadores, como credenciado, com ênfase nas áreas Civil, Família, Comercial, inclusive consultoria/assessoria em transações imobiliárias. Exerce o cargo de Conselheiro Fiscal na Financeira Alfa S.A. – CFI. Exerce cargo de membro Suplente do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. – CFI. Para os devidos fins informa que: Não sofreu i) Qualquer condenação criminal; ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui comitês estatutários, bem como de auditoria, de riscos, financeiros ou de renumeração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2° grau entre (a) administradores do emissor, (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor ou (d) (i) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
Fyaraíaia Caaial 24/43/2047			
Exercício Social 31/12/2017			
Administrador do Emissor	100 700 107 15		0
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Corumbal Participações e Administração Ltda.	02.809.488/0001-28		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
BRI Participações Ltda.	01.079.146/0001-37		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há			
Administrador do Emissor			
Fernando Pinto de Moura	039.593.927-53	Controle	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há			
Administrador do Emissor			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
José Aloysio Borges	006.810.598-34	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há			
Administrador do Emissor			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há			
Administrador do Emissor			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiz Gonzaga Ramos Schubert	080.501.128-53	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice Presidente			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há			
Administrador do Emissor			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice Presidente	001.110.000 07	Controlo	Controlada Birota
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Ailton Carlos Canette	287.580.728-53	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Antonio Celso Amaral Sales	694.546.558-68	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Antonio Celso Amaral Sales	694.546.558-68	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiz Henrique Coelho da Rocha	003.233.657-87	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Rogério Rey Betti	064.292.388-49	Controle	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Rogério Rey Betti	064.292.388-49	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Wilson Roberto Bodani Fellin	052.488.418-87	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Wilson Roberto Bodani Fellin	052.488.418-87	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Rubens Barletta	397.909.328-04	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Rubens Barletta	397.909.328-04	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Exercício Social 31/12/2016			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a	
Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Presidente do Conselho de Administração	00.770.00070001 00		
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Corumbal Participações e Administração Ltda.	02.809.488/0001-28		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
BRI Participações Ltda.	01.079.146/0001-37		
Diretor Presidente			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	0.1701110	poocoa rolacionada	Tipo de possou relacionada
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Fernando Pinto de Moura	039.593.927-53	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
José Aloysio Borges	006.810.598-34	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	694.546.208-00	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	694.546.208-00	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice Presidente			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice Presidente			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiz Henrique Coelho da Rocha	003.233.657-87	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal	300.200.001 01		Commonda Billion
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
membre daplante de deriodité i local			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiz Gonzaga Ramos Schubert	080.501.128-53	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Ailton Carlos Canette	287.580.728-53	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Exercício Social 31/12/2015			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Presidente do Conselho de Administração			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administration des de Perioses			
Administrador do Emissor Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente	120.790.437-13	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Corumbal Participações e Administração Ltda.	02.809.488/0001-28		
Diretor Presidente	02.009.400/0001-20		
Observação			
Não há.			
140 110.			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
BRI Participações Ltda.	01.079.146/0001-37		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Fernando Pinto de Moura	039.593.927-53	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	a Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	G. 176.II. C	pooda ioluoioliuuu	Tipo de pessoa relacionada
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
José Aloysio Borges	006.810.598-34	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há			
Administrador do Emissor			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	694.546.208-00	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	694.546.208-00	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice Presidente			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			
Administrador do Emissor			0 5: .
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice Presidente			
Pessoa Relacionada	17 107 110/0001 10		
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiz Henrique Coelho da Rocha	003.233.657-87	Controle	Controlada Direta
Membro efetivo Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro suplente Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Luiz Gonzaga Ramos Schubert	080.501.128-53	Controle	Controlada Direta
Membro suplente Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro efetivo Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não existem disposição ou acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

PÁGINA: 117 de 196

12.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

PÁGINA: 118 de 196

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) Objetivos da política ou prática da remuneração.

A política de remuneração dos Administradores tem por objetivo remunerá-los adequadamente em suas funções, e estimular a segurança e o conservadorismo na busca pela boa qualidade dos resultados, de forma a proteger o investimento dos acionistas e propiciar-lhes um retorno adequado ao perfil dos negócios da Sociedade.

b) i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração total anual dos Administradores é composta exclusivamente por honorários fixos, pagos em 13 parcelas, sendo 12 mensais e uma anual complementar, expressa como múltiplo das mesmas parcelas mensais, conforme a seguir: (i) 12 parcelas mensais, de valor certo e determinado, compatível com as responsabilidades diárias e rotineiras dos Administradores, que o Conselho de Administração (ou a Diretoria) considere justo e adequado, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias, e (ii) uma parcela anual complementar, também de valor certo e determinado, de valor equivalente a um múltiplo da parcela mensal de remuneração, a ser paga até o último dia útil do mês de maio de cada ano. O Conselho de Administração deve deliberar sobre o valor da parcela anual, definindo o múltiplo que a determinará. Esta parcela representará até 50% da remuneração total anual.

b) ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração final.

A remuneração dos Administradores é composta somente por honorários fixos, pagos em parcelas determinadas pelo Conselho de Administração, com base em verba global máxima aprovada prévia e anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, sem parcela variável.

A remuneração mensal dos membros efetivos do Conselho Fiscal é composta em 100% por honorários, os quais são propostos em valor fixo mensal, observado o mínimo legal. Quanto aos membros suplentes do Conselho Fiscal, sua remuneração também é de 100% a título de honorários, porém em valor fixo explicitado e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

b) iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral Ordinária apenas a verba global máxima para o pagamento de remuneração fixa aos Administradores, em 13 (treze) parcelas, conforme definido no item b.i). Além desta verba, o Conselho de Administração propõe ainda à Assembleia Geral Ordinária valores (ou critérios para sua apuração) e periodicidade de pagamento de honorários a serem pagos aos membros do Conselho Fiscal.

Na elaboração de tais propostas, o Conselho de Administração deve procurar um valor compatível com vários aspectos a serem considerados, entre os quais:

- (i) o porte e a situação econômico-financeira das Instituições integrantes do Conglomerado, bem como com os fundamentos que nortearam a série de verbas anuais aprovadas anteriormente pela Assembleia Geral;
- (ii) o ambiente político e econômico dos mercados onde opera o Conglomerado, procurando antever e aproveitar oportunidades de resultados, bem como identificar riscos a serem evitados;
- (iii) aspectos da Administração como um todo, como a percepção de empenho, a dedicação e competência no desempenho conjunto dos Administradores, e as remunerações a Administradores praticadas por Sociedades concorrentes, de porte e filosofia semelhantes:
- (iv) os lucros apurados pelo Conglomerado no exercício anterior, e a tendência para os negócios e resultados nos exercícios subsequentes;
- (v) a variação do Patrimônio Líquido final consolidado do exercício, após impostos e dividendos/JCP, comparada com o IPCA no mesmo período, refletindo dessa forma o desempenho positivo do conjunto das Instituições do Conglomerado; e
- (vi) fatos excepcionais, positivos ou negativos, com consequências de curto ou longo prazo, também poderão ser considerados nesta proposta.

b) iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A opção pelo pagamento exclusivamente de honorários fixos, com eliminação de qualquer parcela variável, tem como pano de fundo a adequação à Resolução n ° 3.921/10, do Banco Central do Brasil, que melhor reflete a política da Sociedade de buscar maior segurança nas operações, não estimulando seus Administradores à assunção de riscos indesejáveis ou à antecipação indevida de lucros futuros.

b) v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

PÁGINA: 119 de 196

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Não existem Administradores não remunerados pelo emissor.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A análise individual dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores e nas perspectivas da Instituição.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração é estruturada da seguinte forma: i) parcelas mensais de honorários que remuneram os Administradores de maneira certa e determinada, em montante compatível com suas responsabilidades diárias e rotineiras, em valores que o Conselho de Administração considere justos e adequados, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias e ii) parcela anual complementar de honorários, que remunera os Administradores por seu desempenho conjunto, considerado pelo Conselho de Administração ao determinar o fator único multiplicador das parcelas mensais, conforme item b.i).

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A estruturação da remuneração dos Administradores do emissor, privilegiando a remuneração fixa, é a que melhor se identifica com a filosofia e se adéqua aos interesses do emissor e de seus acionistas. Não estimula a tomada de potenciais riscos em operações que prejudiquem a qualidade dos ativos do emissor, que teria efeitos prejudiciais no longo prazo, e potencializa o espírito de equipe e o investimento na carreira na Instituição. A remuneração alinha-se, portanto, ao conservadorismo, à segurança e ao fortalecimento do vínculo entre administrador e instituição, típicos da administração do Conglomerado Alfa.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Sociedade emissora é instituição *holding* do Conglomerado Alfa. A maioria dos Administradores da Sociedade somente recebe sua remuneração de instituições integrantes de seu Conglomerado, de acordo com o exercício de cargos para os quais foram nelas eleitos. Alguns poucos Administradores exercem igualmente cargos em outras empresas sob o mesmo controle acionário, embora não integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, e nestes casos também recebem remuneração destas outras empresas.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O órgão do emissor que participa do processo decisório em questão é o Conselho de Administração que elabora a proposta da verba máxima mensal para pagamento dos administradores do emissor, a qual é levada para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Após a verba proposta ser devidamente aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração a distribui entre seus membros e os membros da Diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A análise individual dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores e nas perspectivas da Sociedade.

A remuneração é estruturada da seguinte forma: i) parcelas mensais de honorários que remuneram os Administradores de maneira certa e determinada, em montante compatível com suas responsabilidades diárias e rotineiras, em valores que o Conselho de Administração considere justos e adequados, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias e ii) parcela anual complementar de honorários, que remunera os Administradores por seu desempenho conjunto, considerado pelo Conselho de Administração ao determinar o fator único multiplicador das parcelas mensais, conforme item b.i).

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

PÁGINA: 120 de 196

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Anualmente o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor quando propõe a verba máxima mensal para pagamento dos administradores.

PÁGINA: 121 de 196

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais						
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total		
Nº total de membros	3,00	3,00	6,00	12,00		
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	6,00	12,00		
Remuneração fixa anual						
Salário ou pró-labore	789.419,00	1.269.920,00	230.931,00	2.290.270,00		
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00		
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros	157.884,00	253.984,00	46.186,00	458.054,00		
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$157.884,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor R\$789.419,00.	O valor de R\$253.984,00 refere- se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor R\$1.269.920,00.	O valor de R\$46.186,00 refere- se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor R\$230.931,00			
Remuneração variável						
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00		
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00		
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00		
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		
Descrição de outras remunerações variáveis						
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00		
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Observação Total da remuneração	947.303,00	1.523.904,00	277.117,00	2.748.324,00		
	0.7.300,00	1.020.004,00	277.117,00	2.7 10.024,00		

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais							
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total			
Nº total de membros	3,00	3,00	6,00	12,00			
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	6,00	12,00			
Remuneração fixa anual							
Salário ou pró-labore	739.503,00	1.189.621,00	216.329,00	2.145.453,00			
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00			
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros	147.901,00	237.924,00	43.266,00	429.091,00			

PÁGINA: 122 de 196

Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$147.901,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor R\$739.503,00.	O valor de R\$237.924,00 refere- se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor R\$1.189.621,00.	O valor de R\$43.266,00 refere- se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor R\$216.329,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	887.404,00	1.427.545,00	259.595,00	2.574.544,00

	Conselho de Administração	e Administração Diretoria Estatutária		Total
Nº total de membros	3,00	3,00	6,00	12,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	6,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	730.100,00	1.188.659,00	171.960,00	2.090.719,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	146.020,00	237.732,00	34.392,00	418.144,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$146.020,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$730.100,00.	O valor de R\$237.732,00 refere- se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$1.188.659,00.	O valor de R\$34.392,00 refere- se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$171.960,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	Não há.	Não há.	Não há.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não há.	Não há.	Não há.	
Total da remuneração	876.120,00	1.426.391,00	206.352,00	2.508.863,00

Remuneração total do Exercíci	otal do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais						
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total			
Nº total de membros	3,00	3,00	6,00	12,00			
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	6,00	12,00			
Remuneração fixa anual							
Salário ou pró-labore	734.407,00	1.209.215,00	159.936,00	2.103.558,00			
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00			
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros	146.881,00	241.843,00	31.988,00	420.712,00			
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$146.881,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$734.407,00.	O valor de R\$241.843,00 refere- se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$1.209.215,00.	O valor de R\$31.988,00 refere- se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$159.936,00.				
Remuneração variável							
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00			
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00			
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00			
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00			
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há.	Não há.	Não há.				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00			
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00			
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00			

Observação	Não há.		03 Conselheiros Efetivos - valor pago R\$115.603,00 / 03 Conselheiros Suplentes - valor pago R\$76.321,00	
Total da remuneração	881.288,00	1.451.058,00	191.924,00	2.524.270,00

PÁGINA: 125 de 196

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2016 e 2015 não foram pagos valores a título de participação nos lucros aos administradores do Emissor.

PÁGINA: 126 de 196

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não há plano de remuneração baseado em ações.

PÁGINA: 127 de 196

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Não há plano de remuneração baseado em ações.

PÁGINA: 128 de 196

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Não existem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária ao final do último exercício social.

PÁGINA: 129 de 196

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Não há opções exercidas nem ações entregues.

PÁGINA: 130 de 196

- 13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a
- 13.7 Método de precificação do valor das ações e das opções

Não há informações para este item, visto que inexistem informações para os itens 13.5 a 13.7.

PÁGINA: 131 de 196

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Órgão	CAA	BAI	FASA	AHO
Conselho de Administração	17.831.996	11.188.902	17.376.243	14.183.608
Diretoria	30	26	420.920	30
Conselho Fiscal	150	1.104	150	151

Emissores: CAA - Consórcio Alfa de Administração S.A.

BAI - Banco Alfa de Investimento S.A. FASA - Financeira Alfa S.A - CFI

AHO - Alfa Holdings S.A.

PÁGINA: 132 de 196

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

PÁGINA: 133 de 196

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Cons	elho de Administr	istração Conselho Fiscal				
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração(Reais)	557.888,00	573.275,00	609.383,00	361.249,00	371.216,00	395.910,00	72.110,00	57.320,00	53.312,00
Valor da menor remuneração(Reais)	282.519,00	268.704,00	259.200,00	168.448,00	159.822,00	151.146,00	72.110,00	57.320,00	53.312,00
Valor médio da remuneração(Reais)	396.540,00	396.220,00	403.072,00	246.501,00	243.367,00	244.802,00	72.110,00	57.320,00	53.312,00

Observação

Diretoria Estatutária	
-----------------------	--

Conselho de Administração

Conselho Fiscal		
31/12/2017	O Conselho Fiscal é composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes.	
31/12/2016	O Conselho Fiscal é composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes.	
31/12/2015	O Conselho fiscal é composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes.	

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição de cargo ou de aposentadoria.

PÁGINA: 135 de 196

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não há remuneração referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos da Sociedade.

PÁGINA: 136 de 196

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há remuneração a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

PÁGINA: 137 de 196

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Remunerações recebidas de outras sociedades sob controle comum.

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2015

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. Serviços
Cons. de Administração				
Empresas sob controle comum	899.242			
Empresas controladas	3.705.375			106.477
TOTAL	4.604.617			106.477
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	1.165.140	30.000	83.981	
Empresas controladas	3.414.971			100.484
TOTAL	4.580.111	30.000	83.981	100.848
Conselho Fiscal				
Empresas sob controle comum	74.512			
Empresas controladas	395.271			
TOTAL	469.783			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2016

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. Serviços
Cons. de Administração				
Empresas sob controle comum	1.240.084			
Empresas controladas	3.563.026			129.816
TOTAL	4.803.110			129.816
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	1.787.778	33.000		
Empresas controladas	3.206.780			
TOTAL	4.994.558	33.000		
Conselho Fiscal				
Empresas sob controle comum	79.720			
Empresas controladas	464.928			
TOTAL	544.648			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2017

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. Serviços
Cons. de Administração				
Empresas sob controle comum	1.218.169			
Empresas controladas	3.528.385			117.266
TOTAL	4.746.554			117.266
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	1.860.945	33.000		
Empresas controladas	3.152.903			
TOTAL	5.013.848	33.000		
Conselho Fiscal				
Empresas sob controle comum	83.397			
Empresas controladas	634.246			
TOTAL	717.643			

PÁGINA: 138 de 196

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

PÁGINA: 139 de 196

14.1 - Descrição dos recursos humanos

2017

- a) O emissor não tem funcionários na área administrativa em São Paulo, sede da empresa.
- b) Não há trabalhadores terceirizados.
- c) O índice de rotatividade do emissor em 2017 foi zero.

2016

- a) O emissor não tem funcionários na área administrativa em São Paulo, sede da empresa.
- b) Não há trabalhadores terceirizados.
- c) O índice de rotatividade do emissor em 2016 foi zero.

2015

- a) O emissor não tem funcionários na área administrativa em São Paulo, sede da empresa.
- b) Não há trabalhadores terceirizados.
- c) O índice de rotatividade do emissor em 2015 foi 100%.

PÁGINA: 140 de 196

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve alterações relevantes para exercício de 2017, 2016 e 2015, no quadro de funcionários do emissor.

PÁGINA: 141 de 196

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- a) O salário é calculado na forma da lei e com base nos acordos coletivos de Sindicatos de classe. A remuneração é fixa e não há remuneração variável.
- b) O emissor possui a seguinte política de benefícios:

i. Plano de Saúde

Este é um benefício que visa proporcionar aos funcionários e dependentes, assistência médica através de uma apólice de seguro saúde que possibilita todo atendimento médico de consultas, exames e internações, sem carência e sem limite de utilização.

ii. Vale Refeição

Benefício oferecido aos funcionários de acordo com o que determina a Convenção Coletiva da categoria.

- iii. Treinamento: Cursos de pequena duração (com duração de até 120 dias ou 100h), seminários, palestras, simpósios, etc.
- iv. **Bolsas de Estudo para Funcionários**: Esse é um benefício que visa proporcionar aos funcionários uma ajuda no pagamento de seus estudos superiores (Pós Graduação e MBA).
- c) Não há plano de remuneração baseado em ações para nossos empregados

PÁGINA: 142 de 196

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A relação que o emissor possui com os Sindicatos se desenvolve no contexto de cordialidade e respeito, não havendo qualquer fato relevante que mereça destaque nos 3 últimos exercício sociais.

PÁGINA: 143 de 196

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

PÁGINA: 144 de 196

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mand	latório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (U	Inidades)				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Alaska Poland Fundo de Investimento	em Ações				
05.775.774/0001-08	Brasileira-SP	Não	Não	19/04/2018	
Não					
2.176.896	6 5,389000%	15.653.356	47,076000%	17.830.252	24,210000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Preferencial Classe A	43.464	0,130700%			
Preferencial Classe B	1.055.265	3,173600%			
Preferencial Classe C	74.000	0,222500%			
Preferencial Classe D	962.077	2,893300%			
Preferencial Classe E	3.166.847	9,523900%			
Preferencial Classe F	10.351.703	31,132000%			
TOTAL	15.653.356	47,075701%			
Mario Slerca Junior					
007.592.017-49	brasileiro-SP	Não	Não	19/04/2018	
Não					
1.800.960	0 4,458000%	4.573.187	13,753000%	6.374.147	8,655000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Preferencial Classe A	33.458	0,100600%			
Preferencial Classe B	528.917	1,590700%			
Preferencial Classe C	52.787	0,158800%			
Preferencial Classe D	368.821	1,109000%			
Preferencial Classe E	1.350.097	4,060300%			
Preferencial Classe F	2.239.107	6,733900%			

Acionista							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-	UF	Participa de acordo de acid	onistas /	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exte	erior Nome do Repre	esentante Legal ou Mand	atório	1	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias	(Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	s (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes o	de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações	(Unidades)	Ações %				
Mario Slerca Junior							
007.592.017-49	brasileiro-SP		Não	1		19/04/2018	
Não							
	1.800.960	4,458000%		4.573.187	13,753000%	6.374.147	8,655000%
Classe ação	Qt	de. de ações (Unidades)		Ações %			
TOTAL		4.573.187		13,753344%			
Admnistradora Fortaleza Lt	da.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP		Não			19/04/2018	
Não							
	34.350.260	85,036000%		6.219.779	18,705000%	40.570.039	55,088000%
Classe ação	Qt	de. de ações (Unidades)		Ações %			
Preferencial Classe A		31.128		0,094000%			
Preferencial Classe B		228.873		0,688000%			
Preferencial Classe C		52.565		0,158000%			
Preferencial Classe D		302.267		0,909000%			
Preferencial Classe E		1.053.115		3,167000%			
Preferencial Classe F		4.551.831		13,689000%			
TOTAL		6.219.779		18,688198%			
Luiz Alves Paes de Barros							
272.014.578-53	Brasileira-SP		Não	1	Não	19/04/2018	
Não							
	47	0,001000%		99	0,001000%	146	0,001000%
Classe ação	Qt	de. de ações (Unidades)		Ações %			

Acionista							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa o	de acordo de acionistas	Acionista contro	lador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou	ı Mandatório		Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidade	Ações ordiná	rias % Qtde. aç	ões preferenciais (Unidades)		Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações	(Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
Luiz Alves Paes de Barros	•	·					
272.014.578-53	Brasileira-SP	Não		Não		19/04/2018	
Não							
	47 0,00	1000%	99		0,001000%	146	0,001000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unic	lades)	Ações %				
Preferencial Classe A		9	0,000000%				
Preferencial Classe B		0	0,000000%				
Preferencial Classe C		59	0,000200%				
Preferencial Classe D		28	0,000100%				
Preferencial Classe E		1	0,000000%				
Preferencial Classe F		2	0,000000%				
TOTAL		99	0,000298%				
OUTROS							
2.066.7	5,116	6000%	6.805.035		20,465000%	8.871.804	12,046000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unic	lades)	Ações %				
Preferencial Classe A		56.877	0,171000%				
Preferencial Classe B	5	17.216	1,555000%				
Preferencial Classe C		10.452	0,122000%				
Preferencial Classe D	42	26.324	1,282000%				
Preferencial Classe E	1.18	39.285	3,577000%				
Preferencial Classe F	4.5	74.881	13,758000%				
TOTAL	6.86	05.035	20,465375%				

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mand	latório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (U	nidades)				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da últi	ima alteração:				
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
40.394.932	100,000000%	33.251.456	100,000000%	73.646.388	100,000000%

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	<i>l</i> landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	•	•		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Admnistradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88	
Aloysio de Andrade Faria					
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim		
Não					
199.996.280	99,980000	0	0,000000	199.996.280	99,980000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
3.726	0,020000	0	0,000000	3.726	0,020000
TOTAL					
200.000.006	100,000000	0	0,000000	200.000.006	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	Mandatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		·		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alaska Poland Fundo de Investimento	em Ações			05.775.774/0001-08	
Carlos Augusto Amaral Paes de Barros	s				
165.974.098-33		Não	Não	19/04/2017	
Não					
6.749.266	6,611000	0	0,000000	6.749.266	6,611000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luiz Alves Paes de Barros					
272.014.578-53	Brasileira-SP	Não	Não	19/04/2018	
Não					
73.063.299	71,561000	0	0,00000	73.063.299	71,561000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Silvia Doria do Amaral					
094.212.618-10		Não	Não	19/04/2017	
Não					
22.286.233	21,828000	0	0,00000	22.286.233	21,828000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
OUT.					
0	0,00000	0	0,00000	0	0,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mand	latório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social				
Alaska Poland Fundo de Investimento	em Ações			05.775.774/0001-08					
TOTAL									
TOTAL									

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	19/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	13.710
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2.440
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	7

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	3.867.729	9,574788%
Quantidade preferenciais (Unidades)	11.378.222	34,218718%
Preferencial Classe A	90.335	54,769729%
Preferencial Classe B	1.046.133	44,893191%
Preferencial Classe C	93.239	42,407772%
Preferencial Classe D	795.145	38,608324%
Preferencial Classe E	2.539.382	37,568463%
Preferencial Classe F	6.813.988	31,375529%
Total	15.245.951	20,701560%

PÁGINA: 152 de 196

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

O organograma não será inserido.

PÁGINA: 153 de 196

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordo de acionistas.

PÁGINA: 154 de 196

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes dos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 nas participações dos membros do grupo de controle e dos administradores do emissor.

PÁGINA: 155 de 196

15.7 - Principais operações societárias

Não houve operações societárias que tiveram efeitos relevantes para o emissor nos anos de 2017, 2016 e 2015.

PÁGINA: 156 de 196

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item

PÁGINA: 157 de 196

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A política do emissor é de que as operações e negócios com partes relacionadas sejam realizados observando-se preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Legislação vigente.

A Lei das Sociedades por Ações determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembléias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembléia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

No curso normal de seus negócios, o emissor, suas controladas e coligadas e algumas empresas detidas pelo Acionista Controlador realizam operações comerciais e financeiras entre si. As operações entre as partes relacionadas foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e foram efetuadas pelas mesmas taxas e valores médios praticados com terceiros.

PÁGINA: 158 de 196

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Alfa Corretora de Cambio e Valores Mobiliarios Ltda.	30/04/1999	0,00	não ha	não é possivel aferir	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlada indi	reta					
Objeto contrato		eitos e obrigações das par ra de títulos e valores mo	rtes contratantes, relativan biliários.	nente a qualquer operaçã	o, isolada ou conjunta, no	os mercados à vis	a e ou/
Garantia e seguros	Prévio depósit	o dos títulos a serem vend	didos, prévio depósito dos	títulos objetos ou garantia	as, na BM&F ou CBLC, co	onforme o caso,	
Rescisão ou extinção		lerá ser recindido a qualqı brigações assumidas por	uer tempo, por ambas as p cada uma das partes.	partes, mediante aviso pré	vio de 30 dias, desde qu	e estejam absolut	amente em
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Controlada ind	ireta					
Alfa Arrendamento Mercantil S/A.	31/12/2017	48.768.098,08	Saldo em 31/12/2017: R\$48.768.098,08	R\$48.768.098,08	Vencimentos em 05/12/2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Ind	ireta					
Objeto contrato	Letras de Arre	ndamento Mercantil					
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	No vencimento	ou resgate antecipado					
Natureza e razão para a operação	Aplicação Fina	nceira à taxa de 100% do	CDI, com o objetivo de re	ntabilizar os recursos disp	ooníveis do emissor		
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Metro Tecnologia Informatica Ltda	01/08/1997	323.628,35	Não há saldo	Não é possivel aferir	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Prestação de s	erviço de assessoria, cor	nsultoria administrativa em	geral nas areas financeir	a, fiscal, contratos, contál	oil, compras.	
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tip de divida	
Rescisão ou extinção				ualquer tempo, mediante a a a qualquer importancia, a tí			a outra, com
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Coligada						
Banco Alfa de Investimento	31/12/2017	1.188.278,57	R\$1.188.278,57	R\$1.188.278,57	JCP recebido em 06/10/2017 e 19/03/2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa con	trolada					
Objeto contrato	Recebimento	de juros sobre capital pró	prio				
Garantia e seguros	Não ha						
Rescisão ou extinção	Não pagame	nto					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Financeira Alfa S.A.	31/12/2017	589.506,64	R\$589.506,64	R\$589.506,64	JCP recebido em 06/10/2017 e 19/03/2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa con	trolada					
Objeto contrato	Recebimento	de juros sobre o capital p	róprio				
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagame	nto					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Conforme mencionado no tópico 16.1, é política do emissor que as operações e negócios com partes relacionadas sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado, em conformidade com a legislação vigente.

PÁGINA: 162 de 196

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

PÁGINA: 163 de 196

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)		
Tipo de capital	Capital Autorizado						
19/04/2018	406.938.000,00		40.394.932	33.251.456	73.646.388		
Capital socia	ıl por classe de ações	Outros títulos conversíveis em ações					
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão				
Preferencial Classe A	164.936						
Preferencial Classe B	2.330.271						
Preferencial Classe C	219.863						
Preferencial Classe D	2.059.517						
Preferencial Classe E	6.759.345						
Preferencial Classe F	21.717.524						
Tipo de capital	Capital Integralizado						
19/04/2017	387.423.000,00		40.394.932	33.251.456	73.646.388		
Capital socia	ıl por classe de ações		Outros títulos conve	rsíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão				
Preferencial Classe A	164.936						
Preferencial Classe B	2.330.271						
Preferencial Classe C	219.863						
Preferencial Classe D	2.059.517						
Preferencial Classe E	6.759.345						

Tipo de capital	Capital Autorizado							
20/04/2016	364.100.000,00		40.394.932	33.251.456	73.646.388			
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações						
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão					
Preferencial Classe A	164.936							
Preferencial Classe B	2.330.271							
Preferencial Classe C	219.863							
Preferencial Classe D	2.059.517							
Preferencial Classe E	6.759.345							
Preferencial Classe F	21.717.524							

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)			Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)		Preço emissão	Fator cotação
20/04/2016	Assembléia Geral Extraordinária	01/01/0001	25.042.400,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de inte	egralização									
19/04/2017	Assembléia Geral Extraordinária	01/01/0001	23.323.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
	Critério para determinação do preço de emissão									
Forma de inte	egralização									
19/04/2018	Assembléia Geral Extraordinária	01/01/0001	19.515.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
•	Critério para determinação do preço de emissão									
Forma de inte	egralização									

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramento, grupamento e bonificação pelo emissor nos 3 últimos exercícios.

PÁGINA: 167 de 196

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital pelo emissor nos 3 últimos exercícios.

PÁGINA: 168 de 196

17.5 - Outras informações relevantes

Não há informações relevantes para este item.

PÁGINA: 169 de 196

Espécie de ações ou CDA Ordinária

Tag along 0,000000

Direito a dividendosAs ações ordinárias tem direito a um dividendo de 25% do lucro liquido ajustado na forma da Lei.

Os dividendos são pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados e, em

qualquer caso, dentro do exercício social.

Direito a voto Pleno

Conversibilidade Não

Direito a reembolso de capital Não

Restrição a circulação Sim

Descrição da restrição Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da

Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal

suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.

Resgatável Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.

Outras características relevantes

Não há outras características a serem mencionadas

Espécie de ações ou CDA

Preferencial

Classe de ação preferencial

Preferencial Classe A

Tag along

0,000000

Direito a dividendos

direito a um dividendo anual mínimo de 5% (cinco por cento) da parte do capital representada por essa classe de ações preferenciais, pago preferentemente, a qualquer outro dividendo; Os dividendos são pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

qualquer caso, dentro do exercício social.

Direito a voto Sem Direito

Conversibilidade Não

Direito a reembolso de capital Sim

Descrição das características do reembolso de capital

direito de reembolso do capital no caso de amortização de ações ou de liquidação da sociedade.

Restrição a circulação Sim

Descrição da restriçãoOs serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da

Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal

suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.

Resgatável Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.

Outras características

relevantes

Não há outras características a serem mencionadas

PÁGINA: 170 de 196

Espécie de ações ou CDA **Preferencial**

Preferencial Classe B Classe de ação preferencial

Tag along 0,000000

Direito a dividendos direito a um dividendo anual de 12% (doze por cento) da parte do capital representada por essa

> classe de ações preferenciais, pago preferentemente a qualquer dividendo das ações ordinárias; Os dividendos são pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados e, em

qualquer caso, dentro do exercício social.

Direito a voto Sem Direito

Conversibilidade Não

Direito a reembolso de capital Sim

Descrição das características do reembolso de capital

direito de reembolso do capital no caso de amortização de ações ou de liquidação da sociedade.

Restrição a circulação Sim

Descrição da restrição Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da

Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal

suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.

Resgatável Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.

Outras características relevantes

Não há outras características a serem mencionadas

Espécie de ações ou CDA

Preferencial

Classe de ação preferencial

Preferencial Classe C

Tag along

0,000000

Direito a dividendos

direito a um dividendo anual de 7% (sete por cento) da parte do capital representada por essa classe de ações preferenciais, pago preferentemente a qualquer dividendo das ações ordinárias; Os dividendos são pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados e, em

qualquer caso, dentro do exercício social.

Direito a voto Sem Direito

Conversibilidade Não Direito a reembolso de capital Sim

Descrição das características do reembolso de capital

direito de reembolso do capital no caso de amortização de ações ou de liquidação da sociedade.

Restrição a circulação Sim

Descrição da restrição Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da

Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal

suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.

Resgatável Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.

Outras características relevantes

Não há outras características a serem mencionadas

Espécie de ações ou CDA

Preferencial

Classe de ação preferencial

Preferencial Classe D

Tag along

0.000000

Direito a dividendos

direito a um dividendo anual de 5% (cinco por cento) da parte do capital representada por essa classe de ações preferenciais, pago preferentemente a qualquer dividendo das ações ordinárias; Os dividendos são pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Direito a voto

Sem Direito

Conversibilidade

Não

Direito a reembolso de capital

Sim

Descrição das características

do reembolso de capital

direito de reembolso do capital no caso de amortização de ações ou de liquidação da sociedade.

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.

Resgatável

Não

Hipóteses de resgate e fórmula

de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.

Outras características relevantes

Não há outras características a serem mencionadas

Espécie de ações ou CDA

Preferencial

Classe de ação preferencial

Preferencial Classe E

Tag along

0,000000

Direito a dividendos

direito a um dividendo anual de 6% (seis por cento) da parte do capital representada por essa classe de ações preferenciais, pago preferentemente a qualquer dividendo das ações ordinárias; Os dividendos são pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados e, em

qualquer caso, dentro do exercício social.

Direito a voto

Sem Direito

Conversibilidade

Não

Direito a reembolso de capital

Sim

Descrição das características do reembolso de capital

direito de reembolso do capital no caso de amortização de ações ou de liquidação da sociedade.

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.

PÁGINA: 172 de 196

Resgatável

Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.

Outras características

relevantes

Não há outras características a serem mencionadas

Espécie de ações ou CDA

Preferencial

Classe de ação preferencial

Preferencial Classe F

Tag along

0,000000

Direito a dividendos

Na forma do artigo 17, § 1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações, as ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Os dividendos são pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Sem Direito

Conversibilidade

Direito a voto

Não

Direito a reembolso de capital

Sim

Descrição das características do reembolso de capital

direito de reembolso do capital no caso de amortização de ações ou de liquidação da sociedade.

Restrição a circulação

Sim

Não

Descrição da restrição

Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.

Resgatável

relevantes

Hipóteses de resgate e fórmula

de cálculo do valor de resgate Condições para alteração dos

direitos assegurados por tais

Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.

valores mobiliários **Outras características**

Não há outras características a serem mencionadas

PÁGINA: 173 de 196

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

PÁGINA: 174 de 196

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções nem cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto do emissor.

PÁGINA: 175 de 196

Exercício social	31/12/2017								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária	0.000	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	137.315	4,25	4,00 R\$ por Unidade	4,15
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	107.355	4,30	4,04 R\$ por Unidade	4,16
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	172.883	4,50	3,51 R\$ por Unidade	4,17
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.721	3,61	3,51 R\$ por Unidade	3,54
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	543	5,43	5,43 R\$ por Unidade	5,43
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.337	6,77	6,60 R\$ por Unidade	6,68
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.263	6,60	6,03 R\$ por Unidade	6,31
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.203	6,61	6,49 R\$ por Unidade	6,55
30/06/2017	Ações	Preferencial	PND	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.318	3,51	3,51 R\$ por Unidade	3,51
30/09/2017	Ações	Preferencial	PND	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.330	3,03	3,01 R\$ por Unidade	3,02
31/12/2017	Ações	Preferencial	PND	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.632	3,02	3,02 R\$ por Unidade	3,02
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.116	3,72	3,72 R\$ por Unidade	3,72
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.925	3,85	3,85 R\$ por Unidade	3,85
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.242	4,20	3,83 R\$ por Unidade	4,07
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.701	4,38	4,19 R\$ por Unidade	4,29
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.689	3,20	2,61 R\$ por Unidade	2,95
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	261	2,61	2,61 R\$ por Unidade	2,61
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	39.300	3,60	2,61 R\$ por Unidade	3,03
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	101.636	3,00	2,55 R\$ por Unidade	2,79

Exercício social	31/12/2016								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	45.391	2,01	1,87 R\$ por Unidade	1,94
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	204.151	3,20	1,91 R\$ por Unidade	2,94
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	82.474	3,60	3,20 R\$ por Unidade	3,42
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	58.661	3,75	3,45 R\$ por Unidade	3,58
30/06/2016	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.425	2,75	2,75 R\$ por Unidade	2,75
31/12/2016	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	250	2,50	2,50 R\$ por Unidade	2,50
31/03/2016	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	503	5,03	5,03 R\$ por Unidade	5,03
30/09/2016	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	862.435	6,01	6,01 R\$ por Unidade	6,01
30/06/2016	Ações	Preferencial	PNC	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.802	2,58	2,58 R\$ por Unidade	2,58
31/03/2016	Ações	Preferencial	PND	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	300	3,00	3,00 R\$ por Unidade	3,00
30/06/2016	Ações	Preferencial	PND	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	31.112	3,27	3,00 R\$ por Unidade	3,05
30/09/2016	Ações	Preferencial	PND	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	48.134	3,50	3,18 R\$ por Unidade	3,38
31/12/2016	Ações	Preferencial	PND	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.610	3,61	3,61 R\$ por Unidade	3,61
31/03/2016	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.939	3,71	3,60 R\$ por Unidade	3,66
30/06/2016	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	82.318	3,81	3,00 R\$ por Unidade	3,67
30/09/2016	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	356	3,56	3,56 R\$ por Unidade	3,56
31/12/2016	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	381	3,81	3,81 R\$ por Unidade	3,81
30/03/2016	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.796	2,41	1,80 R\$ por Unidade	2,08
30/06/2016	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	283.540	3,29	1,51 R\$ por Unidade	2,34
30/09/2016	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	141.765	3,10	2,32 R\$ por Unidade	2,67

Exercício social	31/12/2016								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2016	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	141.774	2,91	2,64 R\$ por Unidade	2,83
Exercício social	31/12/2015								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.473	2,87	2,84 R\$ por Unidade	2,86
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.433	3,32	2,73 R\$ por Unidade	3,17
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	47.320	2,86	1,52 R\$ por Unidade	2,00
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.698	2,20	1,76 R\$ por Unidade	1,88
30/06/2015	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	596	2,98	2,98 R\$ por Unidade	2,98
30/09/2015	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.300	3,00	3,00 R\$ por Unidade	3,00
30/06/2015	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.250	6,50	6,00 R\$ por Unidade	6,25
30/09/2015	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.721	6,30	5,13 R\$ por Unidade	5,57
31/12/2015	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	36.600	5,70	5,40 R\$ por Unidade	5,55
30/09/2015	Ações	Preferencial	PNC	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.560	2,80	2,52 R\$ por Unidade	2,66
31/03/2015	Ações	Preferencial	PND	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.900	3,80	3,80 R\$ por Unidade	3,80
31/03/2015	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	106.739	3,84	2,50 R\$ por Unidade	2,62
30/06/2015	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.203	3,51	3,01 R\$ por Unidade	3,26
30/09/2015	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.078	3,70	3,40 R\$ por Unidade	3,63
31/12/2015	Ações	Preferencial	PNE	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	98.800	3,80	3,80 R\$ por Unidade	3,80
31/03/2015	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.928	2,44	2,44 R\$ por Unidade	2,44
30/06/2015	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	98.246	3,00	2,28 R\$ por Unidade	2,93

Exercício social	31/12/2015									
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação	Valor média cotação (Reais)	
30/09/2015	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.495	2,60	2,52 R\$ por Unidade	2,58	
31/12/2015	Ações	Preferencial	PNF	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.540	2,60	2,60 R\$ por Unidade	2,60	

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não emitiu outros valores mobiliários nos 3 últimos exercícios.

PÁGINA: 180 de 196

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações do emissor são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os seguintes códigos:

BRGE3 – Ações Ordinárias

BRGE5 — Ações Preferenciais da classe A BRGE6 — Ações Preferenciais da classe B

BRGE7 - Ações Preferenciais da classe C

BRGE8 - Ações Preferenciais da classe D BRGE11 – Ações Preferenciais da classe E

BRGE12 – Ações Preferenciais da classe F

PÁGINA: 181 de 196

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há negociação de valores mobiliários do emissor em mercados estrangeiros.

PÁGINA: 182 de 196

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não emitiu títulos no exterior nos 3 últimos exercícios.

PÁGINA: 183 de 196

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nem o emissor nem terceiros efetuaram ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários do emissor nos últimos 3 exercícios.

PÁGINA: 184 de 196

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

O emissor não efetuou ofertas públicas de distribuições de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios.

PÁGINA: 185 de 196

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

O emissor não efetuou ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiros nos 3 últimos exercícios.

PÁGINA: 186 de 196

18.12 - Outras infomações relevantes

Não há outras informações relevantes.

PÁGINA: 187 de 196

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve plano de recompra de ações nos 3 últimos anos.

PÁGINA: 188 de 196

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve movimentação de valores mobiliários em tesouraria nos 3 últimos anos.

PÁGINA: 189 de 196

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes para este item.

PÁGINA: 190 de 196

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui política de negociação.

PÁGINA: 191 de 196

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

PÁGINA: 192 de 196

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Qualquer informação a respeito das atividades do emissor que seja passível de divulgação pública é obrigatoriamente submetida ao crivo da Diretoria do emissor e, dependendo da sensibilidade da matéria tratada, sujeita a aprovação pelo Conselho de Administração.

O emissor prepara e atualiza regularmente publicações que orientam todos os seus colaboradores sobre a filosofia do Conglomerado do qual faz parte, bem como sobre as diretrizes de atuação e princípios que norteiam seus negócios. Tais publicações incluem os "Conceitos Básicos e Linha de Atuação", o "Código de Ética e Conduta", as medidas de "Prevenção à Lavagem de Dinheiro" e a política de "Segurança da Informação".

Tais normas incluem regras sobre a proibição à prestação de declarações ou entrevistas a órgão de comunicação sem a prévia e expressa aprovação da Diretoria. Também determinam a vedação absoluta ao uso de informação privilegiada e ao fornecimento a terceiros de informações relativas às atividades do emissor sujeitas ao sigilo profissional.

PÁGINA: 193 de 196

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Ao identificar ato ou fato que possa ser caracterizado como relevante para o emissor, e desta forma sujeito a divulgação nos termos do Artigo 157 da Lei nº 6.404/76, e da Instrução CVM nº 358/02, a Diretoria do emissor submete-o à análise da Presidência e da Diretoria de Relações com Investidores que, conjuntamente, quando entendem ser o caso, elaboram o respectivo Comunicado e adotam as providências para sua divulgação.

A manutenção do sigilo destas informações, até sua divulgação na forma regulamentar, é assegurada pelo seu acesso restrito até a divulgação, permitido somente aos administradores, bem como pelas regras de sigilo profissional acima mencionadas, sempre aplicadas criteriosamente e com máximo rigor.

PÁGINA: 194 de 196

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o Diretor responsável por Relações com Investidores.

PÁGINA: 195 de 196

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.

PÁGINA: 196 de 196